
PORTO SEGURO S.A.

Companhia Aberta | CVM nº 01665-9

CNPJ nº 02.149.205/0001-69 | NIRE 35.300.151.666

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
DE 31.03.2022**

Prezados acionistas,

A Porto Seguro S.A. (“Companhia”) tem o prazer de convidá-los a participar da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“Assembleia”) a ser realizada, em primeira convocação, em **31 de março de 2022, às 11h00, de modo exclusivamente digital**, nos termos dos artigos 121, parágrafo único, e 124, §2º-A, da Lei das Sociedades por Ações, e da Instrução CVM n.º 481/09, conforme o edital de convocação a ser publicado no jornal “O Estado de São Paulo”, e divulgado nos websites da Companhia (<http://ri.portoseguro.com.br>), da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (www.b3.com.br), nesta data.

Diante disso, submetemos à apreciação de V.Sas. esta proposta da administração (“Proposta”), com relação às matérias a serem deliberadas na Assembleia.

Nesta Proposta, apresentamos esclarecimentos sobre as matérias que serão objeto de discussão e deliberação na Assembleia e as propostas que a administração entende adequadas, bem como apresentamos os procedimentos a serem adotados para participação na Assembleia, incluindo as instruções para a utilização da plataforma digital e para a participação por meio de boletins de voto a distância.

Esta Proposta e os demais documentos pertinentes à Assembleia encontram-se disponíveis para consulta na sede da Companhia e nos websites da Companhia (<http://ri.portoseguro.com.br>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

A Companhia aproveita esta oportunidade para reafirmar o compromisso permanente com as melhores práticas de Governança Corporativa e com a criação de espaços que ampliem o diálogo com os acionistas.

Nossa equipe de Relações com Investidores está à disposição para orientá-los e esclarecer quaisquer dúvidas.

Esperamos poder contar com a presença de todos.

Desejamos uma boa Assembleia!

São Paulo, 28 de fevereiro de 2022.

Bruno Campos Garfinkel
Presidente do Conselho de Administração

Roberto de Souza Santos
Diretor Presidente

* *

1. ORIENTAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

A Assembleia será realizada de modo exclusivamente virtual, por meio da plataforma eletrônica “Zoom” (“Plataforma”), com transmissão de imagem, som e possibilidade de exercício do direito de voto para cada item da ordem do dia, nos termos da Instrução CVM n.º 481/09.

Além da participação por meio da Plataforma, os acionistas poderão optar por exercer seu direito de voto por meio de boletim de voto a distância, conforme as instruções indicadas abaixo.

1.1. ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO POR MEIO DE PLATAFORMA DIGITAL

Os acionistas ou representantes que desejarem participar da Assembleia por meio da Plataforma deverão se cadastrar por meio de correspondência eletrônica a ser enviada à Companhia (ao e-mail: relacionamento.investidores@portoseguro.com.br) e submeter, de forma digital, os documentos indicados no item 1.2 desta Proposta, bem como todos os demais documentos e informações que forem solicitados pela Companhia, **até o dia 29 de março de 2022, às 11h00**. Os e-mails de cadastro dos acionistas ou representantes deverão ser enviados com a seguinte indicação de assunto: “*AGOE de 31.03.2022 – Cadastro de Participante*”.

Os cadastros solicitados por acionistas ou representantes serão validados pela Companhia até o dia útil subsequente ao seu envio à Companhia.

Após a validação das informações pela Companhia, os acionistas ou representantes receberão um e-mail informando sobre a aprovação ou reprovação de seu cadastro. O acionista ou procurador poderá regularizar quaisquer eventuais pendências indicadas em seu cadastro até às 18h00 do dia 30 de março de 2022.

Na Assembleia, apenas será admitida a participação de acionistas ou representantes que tenham efetivamente se cadastrado no prazo e não tenham quaisquer pendências em seu cadastro, nos termos do artigo 5º, §3º, da Instrução CVM n.º 481/09.

A Companhia enviará aos acionistas ou procuradores devidamente cadastrados um e-mail contendo o link de acesso para a Plataforma e demais instruções necessárias para o acesso e para a participação na Assembleia. A Companhia informa que as informações de acesso são pessoais e intransferíveis e não poderão ser compartilhadas, sob pena de responsabilização do acionista ou seu representante.

Caso o acionista que esteja devidamente habilitado não receba o link para a Assembleia com até 24 horas de antecedência do horário de abertura da Assembleia (ou seja, até às 11h do dia 30 de março de 2022), deverá entrar em contato com a Companhia (pelo e-mail: relacionamento.investidores@portoseguro.com.br), impreterivelmente até às 18h00 do dia 30 de março de 2022, para que lhe sejam reenviadas as instruções para acesso.

A Plataforma está disponível para utilização via computador (desktop ou laptops e afins) e via telefone celular, pelo aplicativo “Zoom”, para celulares Apple e Android. O acionista que optar por participar da Assembleia por meio de telefone celular deverá realizar download do aplicativo Zoom em seu aparelho.

A Companhia não se responsabiliza por qualquer problema operacional ou de conexão que o acionista ou representante venha a enfrentar durante a sua participação na Assembleia.

Recomendamos o uso de fones de ouvido para melhor qualidade de áudio.

A Companhia informa, ainda, que a Assembleia será integralmente gravada, nos termos do artigo 21-C, da Instrução CVM n.º 481/09.

O acionista que participar por meio da Plataforma, pessoalmente ou por meio de representante, será considerado presente na Assembleia e assinante da respectiva ata, nos termos do artigo 21-V, §1º, da Instrução CVM n.º 481/09.

1.2. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O CADASTRO

Para realização de seu cadastro, de forma a possibilitar sua participação na Assembleia, nos termos do artigo 5º, §3º, da Instrução CVM n.º 481/09, o acionista ou representante deverá apresentar o comprovante atualizado da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido por instituição financeira prestadora dos serviços de ações escriturais e/ou agente de custódia, e os seguintes documentos, conforme aplicável:

ACIONISTAS PESSOAS FÍSICAS: cópia do documento de identidade, com foto, do acionista. Os acionistas pessoas físicas poderão ser representados por procurador constituído há menos de 1 ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações.

ACIONISTAS PESSOAS JURÍDICAS: (i) cópia do estatuto social ou contrato social atualizado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii) cópia do documento de identidade, com foto, dos respectivos representantes legais. Os acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados por seus representantes legais ou por procurador devidamente constituído, de acordo com os atos constitutivos da sociedade, que não precisará ser acionista, administrador da Companhia ou advogado, conforme decisão do Colegiado da CVM no Processo CVM RJ2014/3578, de 04 de novembro de 2014.

FUNDOS DE INVESTIMENTO: (i) cópia do regulamento atualizado do fundo (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também o formulário de informações complementares ou documento equivalente); (ii) cópia do estatuto ou contrato social atualizado do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) cópia documento de identidade, com foto, dos respectivos representantes legais.

Os documentos deverão ser apresentados de forma digital, em correspondência eletrônica enviada ao e-mail: relacionamento.investidores@portoseguro.com.br, com a seguinte indicação de assunto: “*AGOE de 31.03.2022 – Cadastro de Participante*”.

Em decorrência da atual situação do país e de forma a facilitar a participação dos acionistas na Assembleia, a Companhia, excepcionalmente, não exigirá cópias autenticadas, o reconhecimento de firma de documentos emitidos e assinados no território brasileiro, nem a notariação, a consularização e o apostilamento de documentos assinados fora do Brasil. No entanto, a tradução simples de quaisquer documentos estrangeiros será obrigatória.

O secretário da mesa poderá solicitar que os acionistas ou representantes apresentem (virtualmente) seus documentos de identificação e representação durante a realização da Assembleia.

A Superintendência de Relações com Investidores da Companhia está à disposição para esclarecer eventuais dúvidas dos acionistas da Companhia, por e-mail (relacionamento.investidores@portoseguro.com.br), com a indicação no assunto do e-mail “*AGOE de 31.03.2022 – Participação Virtual*”, ou pelo telefone +55 (11) 2393-2155.

1.3. ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO MEDIANTE O ENVIO DE BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA

Os acionistas poderão participar da Assembleia por meio do envio de boletins de voto a distância, conforme os procedimentos descritos na regulamentação aplicável.

Nos termos do artigo 21-B, da Instrução CVM n.º 481/09, os acionistas poderão encaminhar, a partir desta data, suas instruções de voto em relação às matérias da Assembleia:

- (i) por instruções de preenchimento transmitidas para os seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central;
- (ii) por instruções de preenchimento transmitidas para o escriturador das ações de emissão da Companhia, no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador; ou
- (iii) por boletim de voto a distância enviado diretamente à Companhia, por qualquer acionista.

Os boletins de voto, para que sejam considerados, deverão ser recebidos até 7 dias antes da data da Assembleia – ou seja, até 25 de março de 2022. Eventuais boletins de voto a distância recebidos após esta data serão desconsiderados.

Durante o prazo de votação por meio de boletins de voto a distância, o acionista poderá alterar suas instruções de voto quantas vezes entender necessário, de modo que será considerada apenas a última instrução de voto apresentada.

Uma vez encerrado o prazo de votação por meio de boletins de voto a distância, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas por meio de um novo boletim de voto a distância. Caso o acionista tenha interesse em alterar seu voto, deverá participar da Assembleia, por meio da Plataforma, observados os procedimentos para cadastro e participação indicados acima, e solicitar o exercício do voto presencialmente, que implicará a desconsideração dos votos enviados por boletim de voto a distância, nos termos do artigo 21-W, §5º, inciso I, da Instrução CVM n.º 481/09.

Caso haja divergência entre eventual boletim de voto a distância recebido diretamente pela Companhia e instrução de voto contida no mapa de votação proveniente do escriturador com relação a um mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ, a instrução de voto contida no mapa de votação proveniente do escriturador deverá prevalecer, nos termos do artigo 21-W, §2º, da Instrução CVM n.º 481/09.

1.3.1. EXERCÍCIO DO VOTO A DISTÂNCIA POR MEIO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por meio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia ou ao escriturador das ações da Companhia, conforme o caso, observadas as regras determinadas pelos referidos prestadores de serviços.

Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia ou com o escriturador das ações da Companhia, conforme o caso, e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim de voto a distância, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tanto.

Informamos que a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ, em relação a uma mesma deliberação.

1.3.2. ENVIO DO BOLETIM PELO ACIONISTA DIRETAMENTE À COMPANHIA

O acionista poderá enviar o boletim de voto a distância diretamente à Companhia, devendo, para tanto:

- (i) encaminhar à Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 11º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP 01216-012, aos cuidados da Superintendência de Relações com Investidores, os seguintes documentos: (1) via original do boletim de voto devidamente preenchido, rubricado e assinado, com firma reconhecida; e (2) cópia autenticada dos documentos indicados no item 1.2 desta Proposta; ou
- (ii) encaminhar, por e-mail (relacionamento.investidores@portoseguro.com.br), com a indicação no assunto do e-mail “*AGOE de 31.03.2022 – Boletim de Voto a Distância*”, os seguintes documentos: (1) via digitalizada do boletim de voto devidamente preenchido, rubricado e assinado com reconhecimento de firma em cartório ou assinado digitalmente com e-CPF (Certificado Digital vinculado ao ICP-Brasil); e (2) cópia digitalizada dos documentos indicados no item 1.2 desta Proposta.

Uma vez recebidos os documentos referidos acima, a Companhia avisará ao acionista acerca de seu recebimento e de sua aceitação ou não, nos termos da Instrução CVM n.º 481/09.

Caso o boletim de voto seja encaminhado diretamente à Companhia, e não esteja integralmente preenchido ou não venha acompanhado dos documentos referidos nos itens “i” ou “ii”, acima, a Companhia, em até 3 dias de seu recebimento, comunicará ao acionista a necessidade de retificação ou reenvio do boletim de voto a distância e/ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização, sendo que a retificação e a regularização do envio de documentos pelo acionista deverão observar o prazo de até 7 dias de antecedência em relação à data da Assembleia. A comunicação sobre a necessidade de regularização do boletim de voto a distância e de documentos relacionados será encaminhada ao acionista por e-mail.

* * *

2. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

A Assembleia foi convocada para deliberar sobre as seguintes matérias:

Em Assembleia Geral Ordinária:

1. **Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e de suas controladas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, do relatório do Comitê de Auditoria e do parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.**

A administração submete à deliberação dos acionistas as contas dos administradores e as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e de suas controladas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, do relatório do Comitê de Auditoria e do parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, conforme deliberação do Conselho de Administração, em reunião realizada em 04 de fevereiro de 2022, e do Conselho Fiscal, em reunião realizada em 01 de fevereiro de 2022.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e de suas controladas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal, dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e nos websites da Companhia, da CVM e da B3. As demonstrações financeiras da Companhia foram publicadas no jornal "O Estado de São Paulo" em 28 de fevereiro de 2022.

Os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência (anexo 24 da Instrução CVM n.º 480/09) e do artigo 9º, *caput*, inciso III, da Instrução CVM n.º 481/09, constam do Anexo I a esta Proposta.

2. **Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e a distribuição de dividendos.**

A administração propõe que o lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, no valor de **R\$ 1.544.249.113,02**, que, após a realização de Reserva de Reavaliação, no montante de R\$ 4.047.078,38, perfaz o valor de **R\$ 1.548.296.191,40**, seja destinado da seguinte forma, conforme deliberado pelo Conselho de Administração em reunião de 04 de fevereiro de 2022:

- (i) **R\$ 77.212.455,65**, para a reserva legal (5% do lucro líquido do exercício);
- (ii) **R\$ 398.662.000,00** brutos, equivalentes ao valor líquido de **R\$ 344.061.841,97**, para distribuição aos acionistas como juros sobre o capital próprio imputados ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2021, conforme deliberado pelo Conselho de Administração em reuniões de 26 de julho de 2021 e 26 de outubro de 2021, ad referendum da Assembleia Geral;
- (iii) **R\$ 23.709.091,97**, para distribuição de dividendos, complementando o dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2021;
- (iv) **R\$ 261.729.090,87**, para distribuição de dividendos adicionais ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2021; e
- (v) **R\$ 786.983.552,91**, para a Reserva para Manutenção de Participações Societárias, nos termos do artigo 26, parágrafo único, do estatuto social da Companhia.

A soma do valor de dividendos e do valor líquido de juros sobre o capital próprio referentes ao exercício social de 2021 corresponde a R\$ 629.500.024,81, equivalendo a uma distribuição total de 40,8% do lucro líquido do exercício.

As informações sobre a proposta de destinação do lucro líquido da Companhia, nos termos do artigo 9º, parágrafo único, inciso II, e do anexo 9-1-II, da Instrução CVM n.º 481/09, constam do Anexo II a esta Proposta.

3. Ratificar as declarações de juros sobre capital próprio, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, deliberadas pelo Conselho de Administração, em reuniões realizadas em 26 de julho de 2021 e 26 de outubro de 2021.

A administração propõe a ratificação das deliberações do Conselho de Administração que, *ad referendum* da Assembleia Geral, aprovaram a declaração de juros sobre o capital próprio, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, conforme indicado a seguir:

- (i) Em reunião realizada em 26 de julho de 2021, o Conselho de Administração aprovou a declaração de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 221.231.000,00 brutos, creditados contabilmente aos acionistas, em valores líquidos, em 29 de julho de 2021, com base na posição acionária de 29 de julho de 2021; e
- (ii) Em reunião realizada em 26 de outubro de 2021, o Conselho de Administração aprovou a declaração de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 177.431.000,00 brutos, creditados contabilmente aos acionistas, em valores líquidos, em 29 de outubro de 2021, com base na posição acionária de 29 de outubro de 2021.

As informações sobre a proposta de destinação do lucro líquido da Companhia, incluindo as informações sobre os juros sobre capital próprio declarados durante o exercício social de 2021, nos termos do artigo 9º, parágrafo único, inciso II, e do anexo 9-1-II, da Instrução CVM n.º 481/09, constam do Anexo II a esta Proposta.

4. Determinar as datas para o pagamento dos dividendos e dos juros sobre capital próprio aos acionistas.

A administração propõe que as datas para o pagamento dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio aos acionistas (sendo que os juros sobre o capital próprio já foram creditados contabilmente aos acionistas) sejam: (i) o dia 11 de abril de 2022, para pagamento integral dos juros sobre o capital próprio; e (ii) até o dia 30 de novembro de 2022, para pagamento dos dividendos declarados na Assembleia.

As informações sobre a proposta de destinação do lucro líquido da Companhia, inclusive quanto ao pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio, nos termos do artigo 9º, parágrafo único, inciso II, e do anexo 9-1-II, da Instrução CVM n.º 481/09, constam do Anexo II a esta Proposta.

5. Definir o número de membros do Conselho de Administração, observado o limite estatutário.

O estatuto social da Companhia (art. 14) prevê que o Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 e, no máximo, 7 membros e seus respectivos suplentes.

Para o próximo mandato de 2 anos (biênio 2022/2023), a administração propõe definir em 7 o número de membros efetivos, e respectivos suplentes, para compor o Conselho de Administração, mantendo o atual número de membros.

6. Eleger os membros do Conselho de Administração e designar aqueles que ocuparão as funções de Presidente e de Vice-Presidente do Conselho de Administração.

A administração propõe que a eleição dos membros do Conselho de Administração, para o próximo mandato de 2 anos (biênio 2022/2023), se dê pelo processo de votação majoritária. A administração apresenta proposta de chapa única e completa de candidatos efetivos a serem eleitos para o referido mandato, sem indicação de suplentes, conforme indicado abaixo:

Bruno Campos Garfinkel – Presidente

Marco Ambrogio Crespi Bonomi – Vice-Presidente

Ana Luiza Campos Garfinkel – Conselheira

André Luís Rodrigues Teixeira – Conselheiro

Pedro Luiz Cerize – Conselheiro Independente

Paulo Sérgio Kakinoff – Conselheiro Independente

Patrícia M. Muratori Calfat – Conselheira Independente

A administração avaliou as declarações apresentadas pelos candidatos indicados como independentes e entende que todos estão devidamente enquadrados nos critérios de independência do Regulamento do Novo Mercado da B3 e do artigo 14, §1º, do estatuto social da Companhia.

A administração esclarece que os acionistas podem solicitar a adoção do processo de voto múltiplo e/ou votação em separado, observado o disposto nas normas legais e regulatórias aplicáveis.

A administração informa que, para fins do artigo 141, da Lei das Sociedades por Ações, e da Instrução CVM n.º 165/91, o percentual mínimo para solicitação de adoção do processo de voto múltiplo é de 5% do capital votante. A requisição do processo de voto múltiplo para eleição de membros do Conselho de Administração deverá ser encaminhada, por escrito, à Companhia em até 48 horas antes da Assembleia.

Os currículos detalhados, bem como as demais informações exigidas pelos itens 12.5 a 12.10 do formulário de referência, com relação aos candidatos sugeridos pela administração, nos termos do artigo 10, inciso I, da Instrução CVM n.º 481/09, constam do Anexo III a esta Proposta.

7. Fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia, compreendendo também os membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, se instalado.

A Administração propõe que seja aprovado o montante global anual de até R\$ 26.000.000,00 para a remuneração dos administradores da Companhia, sendo que o referido valor compreenderá também os membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, se instalado.

A administração informa que o período a que se refere a proposta de remuneração indicada compreende o exercício social de 2022, independentemente do exercício social em que os valores forem efetivamente pagos aos administradores.

Os administradores poderão receber participação nos lucros da Companhia, que, nos termos do artigo 152, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, estará limitada ao valor máximo da remuneração global dos administradores aprovado em Assembleia Geral ou a 10% do lucro líquido da Companhia, o que for menor.

As informações sobre a remuneração dos administradores, nos termos do item 13 do formulário de referência (anexo 24 da Instrução CVM n.º 480/09) e do artigo 12, inciso II, da Instrução CVM n.º 481/09, constam do Anexo IV a esta Proposta.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

- 1. Deliberar sobre novo plano de remuneração baseado em ações da Companhia, nos termos da Instrução CVM n.º 567/2015, que substituirá o plano de remuneração baseado em ações em vigor, aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de março de 2018.**

A administração propõe a aprovação de um novo plano de remuneração baseado em ações da Companhia, que poderá ser destinado a administradores e empregados da Companhia, conforme definido em programas a serem aprovados pelo Conselho de Administração, de forma a promover ainda mais alinhamento de longo prazo, comprometimento com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia e criação de valor aos acionistas.

O novo plano de remuneração baseado em ações da Companhia, caso aprovado pela Assembleia, substituirá o plano de remuneração baseado em ações em vigor, aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de março de 2018, que deixará de vigor e produzir efeitos. As regras transitórias referentes aos direitos já outorgados no âmbito do plano de remuneração baseado em ações atualmente em vigor constam do novo plano de remuneração baseado em ações da Companhia proposto pela administração e submetido à deliberação da Assembleia.

As informações sobre o plano de remuneração baseado em ações da Companhia submetido à deliberação da Assembleia, nos termos do artigo 13 e do anexo 13, da Instrução CVM n.º 481/09, constam do Anexo V a esta Proposta.

Cópia do plano de remuneração baseado em ações da Companhia submetido à deliberação da Assembleia, conforme proposto pela administração, consta do Anexo VI a esta Proposta.

* *

ANEXO I

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (ANEXO 24, DA INSTRUÇÃO CVM N.º 480/09)

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

As condições financeiras e patrimoniais da Companhia¹ encerram o exercício de 2021 de forma satisfatória e consistente com os últimos anos, mesmo diante do cenário desafiador causado pela pandemia do COVID-19. Essas condições são demonstradas por suas posições de ativos - consolidado, que somam R\$ 41,6 bilhões (2021), R\$ 36,7 bilhões (2020), R\$ 32,7 bilhões (2019), com crescimentos de 13,3% (2021/2020), 12,3% (2020/2019) e 6,9% (2019/2018). Esses crescimentos são condizentes com os crescimentos de todas as principais linhas de negócio da Companhia e refletem, por exemplo, o crescimento da carteira de empréstimos e financiamentos em 28,8% (2021/2020), 24,1% (2020/2019) e 19,4% (2019/2018) e os aumentos dos volumes dos passivos de contratos de seguros e previdência complementar de 5,2% (2021/2020), 7,0% (2020/2019) e 1,6% (2019/2018).

A carteira total de aplicações financeiras atingiu R\$ 14,5 bilhões ao final de 2021 (excluindo as reservas de previdência o valor da carteira alcançou R\$ 9,3 bilhões). Em sua política de investimentos, a Companhia leva em conta as disposições regulatórias e diretrizes internas, a fim de maximizar os retornos, mantendo níveis prudentes de riscos de crédito, mercado, liquidez e seu apetite a risco. Em seu portfólio de investimentos são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco (“rating”) “B” de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações. Assim, em 31 de dezembro de 2021, 82,2% do portfólio da Companhia estava alocado em risco soberano do Brasil e 3,1% em papéis de instituições financeiras nacionais com “Rating” “AA” e “A” (73,9% e 2,5%, respectivamente, em 2020).

A carteira de recebíveis da Companhia totalizou em 2021 R\$ 16,5 bilhões (R\$ 13,0 bilhões em 2020 e R\$ 10,6 bilhões em 2019), com crescimento de 26,6% em 2021, 22,6% em 2020 e 15,2% em 2019 e inclui os prêmios a receber de segurados (35,6% do total em 2021; 36,6% do total em 2020 e 37,6% em 2019), títulos e créditos a receber e operações de crédito (64,4% do total em 2021; 63,4% do total em 2020 e 62,4% em 2019). O monitoramento destas carteiras é realizado constantemente e inclui regras de aceitação de riscos e de liberação de empréstimos e financiamentos, incluindo informações internas e externas de cada cliente. São realizadas, ainda, provisões para perda dos ativos, considerando o comportamento histórico e a perda esperada para as operações de créditos, de acordo com as melhores práticas internacionais, entre outras informações.

Os investimentos em ativos intangíveis e imobilizados totalizaram R\$ 1.127,3 mil em 2021; R\$ 640,0 mil em 2020 e R\$ 436,3 mil em 2019 e foram direcionados, principalmente, para softwares, veículos para locações a terceiros (no produto “Carro Fácil”) e equipamentos de informática. A Companhia tem ampliado e aprofundado os esforços para aumentar a eficiência operacional através de investimentos em tecnologia que proporcionarão um crescimento sustentável das atividades da Companhia ao longo dos próximos anos, apoiado em sistemas e processos modernos e eficientes. Esses investimentos são realizados majoritariamente por meio de recursos próprios, obtidos de sua geração de caixa.

¹ O termo “Companhia” refere-se aos dados consolidados da Porto Seguro S.A. e suas controladas.

No final do exercício de 2021, o patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R\$ 9,4 bilhões, apresentando aumento de 4,0% em relação a 2020. Em 2020 o patrimônio líquido somou R\$ 9,0 bilhões, aumento de 8,4% em relação a 2019.

Dadas as atividades da Companhia serem em grande parte reguladas por órgãos como a Superintendência de Seguros Privados (“SUSEP”), Banco Central do Brasil (“BACEN”) e Agência Nacional de Saúde Suplementar (“ANS”), as controladas possuem exigências de capitais mínimos regulatórios, para os quais a Companhia possui políticas específicas de monitoramento. Os capitais mínimos regulatórios (“CMR”) somaram em 2021 R\$ 4,8 bilhões; em 2020 R\$ 4,1 bilhões e em 2019 R\$ 4,0 bilhões; e para estas necessidades de capitais, a Companhia possuía excedentes de R\$ 1,7 bilhões; R\$ 2,7 bilhões e R\$ 2,3 bilhões, respectivamente, o que demonstra a capacidade de crescimento de suas atividades.

b. estrutura de capital

A Administração entende que a atual estrutura de capital é compatível com seus níveis de endividamento.

Segue composição nos últimos três exercícios sociais:

(Valores em R\$ milhões)

	Consolidado					
	2021	%	2020	%	2019	%
Capital próprio (Patrimônio Líquido)	9.364,7	22,5	9.003,7	24,5	8.269,8	25,3
Capital de terceiros	32.264,5	77,5	27.726,5	75,5	24.441,5	74,7
Passivos de contratos de seguros - circulante	10.670,7	25,6	9.504,6	25,9	9.058,7	27,7
Passivos de contratos de seguros - não circulante	5.759,0	13,8	6.110,5	16,6	5.577,1	17,0
Passivos financeiros - circulante	11.658,9	28,0	8.915,9	24,3	6.861,9	21,0
Passivos financeiros - não circulante	755,2	1,8	262,5	0,7	238,7	0,7
Provisões judiciais, líquidas - longo prazo	152,9	0,4	114,9	0,3	144,2	0,4
Outros passivos - circulante	2.629,9	6,3	2.325,1	6,3	2.080,1	6,4
Outros passivos - não circulante	637,9	1,5	493,0	1,3	480,8	1,5
	41.629,2	100,0	36.730,2	100,0	32.711,3	100,0

Possibilidade de resgate de ações

Não há hipóteses de resgate de ações da Companhia além das legalmente previstas.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O fluxo de caixa operacional da Companhia é suficiente para honrar seus compromissos financeiros, sendo mantidos excedentes de níveis prudentes e monitorados constantemente, dentro de sua política de apetite ao risco.

A estrutura normativa dos segmentos de seguros, saúde suplementar, previdência complementar, operações financeiras e consórcio de bens, à qual a maioria das controladas da Companhia estão sujeitas, exigem que sejam constituídas provisões técnicas e mantidas margens de solvências adequadas para essas operações. Essas provisões são determinadas com base em premissas atuariais e em metodologias estabelecidas em notas técnicas ou relatórios atuariais apresentados à SUSEP e à ANS. A tabela a seguir demonstra os recursos disponíveis para o pagamento dos compromissos financeiros assumidos:

(Valores em R\$ milhões)

	Consolidado					
	2021	%	2020	%	2019	%
Passivo total	32.264,5		27.726,5		24.441,5	
Passivos de contratos de seguros	16.429,7	50,9	15.615,1	56,3	14.635,8	59,9
Passivos financeiros	12.414,1	38,5	9.178,4	33,1	7.100,6	29,1
	28.843,8		24.793,5		21.736,4	
Ativos financeiros dados em garantia	12.149,5	38,3	12.393,4	42,3	12.051,0	47,1
Recebíveis de seguros e operações de crédito	16.377,6	51,7	12.929,5	44,1	10.580,2	41,3
Ativos financeiros livres	1.815,8	5,7	2.863,2	9,8	2.060,2	8,0
Ativos redutores da necessidade de cobertura	1.336,1	4,2	1.103,8	3,8	890,0	3,5
Imóveis dados em garantia	18,9	0,1	19,0	0,1	20,1	0,1
	31.697,9		29.309,0		25.601,5	

Adicionalmente, a Porto Seguro acompanha continuamente os seus níveis de capitais, reportando mensalmente à Administração a adequação do capital mínimo, nas classificações estabelecidas. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía um excedente de capital² de R\$ 1,7 bilhões (R\$ 2,7 bilhões em 2020 e R\$ 2,3 bilhões em 2019), em relação ao capital requerido pelos órgãos reguladores para as empresas de seguros e financeiras.

Possibilidade de resgate de ações

Não há hipóteses de resgate de ações da Companhia além das legalmente previstas.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos exercícios de 2019 a 2021, a Porto Seguro captou empréstimos e financiamentos principalmente para fomentar seus negócios do segmento de prestação de serviços. Foram contratados empréstimos para o capital de giro e financiamentos via notas promissórias para aquisição de veículos destinados à locação da controlada Mobitech Locadora de Veículos S.A. ("Mobitech") e para o financiamento de projetos de infraestrutura tecnológica da controlada Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Porto Seguro Cia"), em instituições financeiras brasileiras.

A controlada Portoseg S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento ("Portoseg") utilizou, nos exercícios de 2021, 2020 e 2019, recursos captados em instituições nacionais, internacionais e no mercado aberto em função da natureza de suas operações (concessão de empréstimos e financiamentos).

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia avalia continuamente oportunidades de otimização de capitais a fim de obter a melhor estrutura de capitais para cada um de seus negócios, de acordo com políticas e estratégias definidas pela Administração. Com este propósito, ela deverá renovar e ampliar as captações, empréstimos e financiamentos já obtidos.

² Inclui recursos livres da controladora, apesar da controladora não possuir CMR, dessa forma o valor de suficiência apresentado para a ela representa o montante de liquidez disponível nesta. Além dos montantes disponíveis na Controladora, a Administração pode, conforme a estratégia de otimização de capitais, realocar as suficiências de capitais entre as empresas do grupo a fim de manter níveis adequados de capital entre as empresas.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:
(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os principais contratos de captação de recursos da Companhia referem-se às operações da controlada Portoseg de concessão de financiamentos para aquisição de bens e serviços, para capital de giro e operações com cartão de crédito, e foram celebrados nas seguintes proporções:

(Valores em R\$ milhões)

	Consolidado		
	2021	2020	2019
Recursos de aceites e emissão de títulos (i)	2.401,7	990,1	1.337,1
Depósitos interfinanceiros (i)	952,1	1.185,6	108,7
Captações e financiamentos em moeda estrangeira	-	-	173,1
Outros financiamentos	1.080,1	736,0	343,8
	4.433,9	2.911,7	1.962,7

(i) Captação recursos da Portoseg, corrigidos majoritariamente por taxas indexadas ao CDI.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

O contrato de mais longo prazo da Companhia refere-se a emissão de títulos pós fixados da Portoseg junto às instituições financeiras no país, com vencimento até novembro de 2028.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas.

Parte substancial dos passivos da Companhia referem-se a passivos de contratos de seguros (50,9% em 2021, 56,3% em 2020 e 59,9% em 2019), para os quais existem ativos garantidores de provisões técnicas, conforme demonstrado no item 10.1(c). Adicionalmente, são realizados depósitos para determinadas provisões judiciais, de acordo com a natureza das ações e/ou determinação judicial. Para os demais passivos não há grau de subordinação entre os diversos credores.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

As controladas Mobitech e Portoseg possuem empréstimos que incluem cláusulas restritivas caracterizando vencimento antecipado em caso de: (i) falta de pagamento no dia do vencimento; (ii) protesto de títulos que gerem prejuízos a capacidade de pagamento das obrigações referente ao contrato; (iii) falência, insolvência civil, recuperação judicial ou extrajudicial; (iv) for declarado vencido pagamento ao credor de qualquer espécie; (v) se houver reorganização ou (vi) transformação societária ou transferência de controle acionário que não seja dentro do grupo econômico. Nos contratos de financiamentos da Mobitech, também há *covenants* financeiros, incluindo limites de dívida líquida sobre o patrimônio líquido, dívida líquida sobre o EBITDA, dentre outros.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados:

Os contratos de captação e financiamento em moeda estrangeira, bem como o contrato de empréstimo para capital de giro da Mobitech consomem a totalidade dos limites disponibilizados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

As tabelas abaixo demonstram as variações mais significativas das contas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício:

(Valores em R\$ mil)

	Ref	2021	2020	Consolidado	
				Var % 2021 x 2020	Var \$ 2021 x 2020
ATIVO CIRCULANTE					
Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado	i	7.477.041	8.999.532	-16,9%	(1.522.491)
Empréstimos e financiamentos	ii	9.382.483	7.192.576	30,4%	2.189.907
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	i	3.718.693	4.472.292	-16,9%	(753.599)

(i) Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado e de outros resultados abrangentes: As variações dos ativos financeiros (ativo circulante e ativo não circulante), refletem a realocação dos papéis da Companhia visando melhor rentabilidade e oportunidades do mercado financeiro.

(ii) Empréstimos e financiamentos: A variação desta rubrica também reflete o aumento das operações (carteira) de CDC e financiamentos. Nessa rubrica, especificamente refere-se a valores a receber das operações de cartões de crédito faturadas, vencidas ou parceladas, além dos financiamentos de veículos na modalidade de Crédito Direto ao Consumidor (CDC).

(Valores em R\$ mil)

	Ref	2021	2020	Consolidado	
				Var % 2021 x 2020	Var \$ 2021 x 2020
PASSIVO CIRCULANTE					
Passivos de contratos de seguro e previdência complementar	iii	10.670.728	9.504.592	12,3%	1.166.136
Passivos financeiros	iv	11.658.869	8.915.922	30,8%	2.742.947
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Passivos de contratos de seguro e previdência complementar	iii	5.758.977	6.110.483	-5,8%	(351.506)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	v	8.500.000	4.500.000	88,9%	4.000.000

(iii) Passivos de contratos de seguros e previdência complementar: O aumento dos passivos de contratos de seguros e previdência complementar, devem-se principalmente ao aumento na provisão de prêmios não ganhos em 15,8%, refletindo principalmente com o aumento nos prêmios emitidos líquidos do período em 12,4%.

(iv) Passivos financeiros: O aumento dos passivos financeiros decorre, principalmente, do aumento das operações com cartões de crédito e referem-se a valores a pagar a estabelecimentos filiados, com contrapartida em "títulos e créditos a receber" (ativo).

(v) Capital social: No ano de 2021, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$ 4,0 bilhões mediante a capitalização de reservas de lucros, com a bonificação de 323.293.030 ações ordinárias,

nominativas, escriturais e sem valor nominal aos acionistas, na proporção de 1(uma) nova ação para cada 1(uma) já existente, nos termos do artigo nº 169, da Lei das Sociedades por Ações. (Valores em R\$ mil)

	Ref	Consolidado			
		2021	2020	Var % 2021 x 2020	Var \$ 2021 x 2020
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
Receitas					
Prêmios de seguros emitidos e contraprestações líquidas	vi	17.712.070	15.804.951	12,1%	1.907.119
Resultado financeiro					
Receitas e despesas financeiras	vii	468.711	921.072	-49,1%	(452.361)

(vi) Prêmios de seguros emitidos e contraprestações líquidas: Os prêmios cresceram favorecidos pela fidelização e expansão na base de clientes através de soluções segmentadas para os diferentes perfis de consumidores. O seguro Auto expandiu 11,6% nos prêmios, sustentado principalmente pelo incremento de 311 mil veículos na frota segurada (vs. 2020). Os prêmios dos seguros Patrimoniais aumentaram 10,0% (vs. 2020), decorrente principalmente do crescimento dos seguros Empresariais, do Residencial da marca Porto Seguro e dos novos produtos, em especial os seguros para bikes, smartphones e responsabilidade civil profissional. No seguro de Vida, houve uma ampliação de 12,8% (vs. 2020) nos prêmios, explicado pela evolução dos seguros de Vida Individual, Vida Coletivo e pela retomada do crescimento do seguro de Viagem, favorecido pela retomada dos deslocamentos com destinos internacionais.

(vii) Receitas e despesas financeiras: O resultado financeiro foi de R\$ 468,7 milhões em 2021, superando o “benchmark” ao atingir rentabilidade sobre as aplicações financeiras (ex-Previdência) de 184% do CDI. Esse resultado é reflexo, principalmente, dos retornos positivos das alocações em juros indexados à inflação, que foram parcialmente impactados pelo desempenho desfavorável das alocações em renda variável. Esse resultado foi 49,1% inferior ao obtido em 2021, que foi muito superior à média histórica dessa linha.

As demais variações nos saldos de ativo e passivo decorrem do crescimento normal das operações da Porto Seguro.

10.2 Os diretores devem comentar sobre:

- a. resultados das operações do emissor, em especial:
(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

2021

Em 2021, a Companhia demonstrou mais uma vez a solidez de suas operações, apresentando crescimento do lucro líquido em duplo dígito, sustentado principalmente pelo aumento das receitas e pela queda da sinistralidade, mesmo diante dos impactos causados pela pandemia do COVID-19.

Os prêmios de seguros totalizaram R\$ 17,7 bilhões, encerrando o ano apresentando um aumento de 12,1%, favorecidos pela fidelização e expansão na base de clientes através de soluções segmentadas para os diferentes perfis de consumidores. O seguro Auto expandiu 11,6% nos prêmios, sustentado principalmente pelo incremento de 311 mil veículos na frota segurada (vs. 2020). Os prêmios dos seguros Patrimoniais aumentaram 10,0% (vs. 2020), decorrente principalmente do crescimento dos seguros Empresariais, do Residencial da marca Porto Seguro e dos novos produtos, em especial os seguros para bikes, smartphones e responsabilidade civil profissional. No seguro de Vida, houve uma ampliação de 12,8% (vs. 2020) nos prêmios, explicado pela evolução dos seguros de Vida Individual, Vida Coletivo e pela retomada do crescimento do seguro de Viagem, favorecido pela retomada dos deslocamentos com destinos internacionais.

O índice combinado atingiu 94,9% permanecendo 1,1 p.p. melhor do que a média dos últimos 10 anos. No comparativo anual, o índice aumentou 4,8 p.p. em relação a 2020, explicado pela elevação da sinistralidade do Auto no segundo semestre de 2021 e do Saúde até o terceiro trimestre de 2021.

O crescimento da receita dos Negócios Financeiros apresentou elevação nas receitas de 20,9% no ano (vs. 2020), através do crescimento acelerado de seus principais negócios. As receitas de Cartão de Crédito e Financiamento cresceram 24,0% (vs. 2020), através de iniciativas bem sucedidas de vendas e de uma estratégia eficaz de crédito, com um crescimento significativo da Carteira de Crédito (+32,9% vs. 2020), atingindo R\$ 13,3 bilhões ao final de 2021. Os Riscos Financeiros e Capitalização expandiram as receitas em 14,9% (vs. 2020), impulsionados principalmente pelo Aluguel Essencial, com processo de contratação mais ágil, digital e econômico em relação ao produto tradicional, e pela ampliação da base de parceiros (imobiliárias e corretores), revisão de estratégia e aceitação. As receitas do Consórcio obtiveram um incremento de 26,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, favorecidas pelo crescimento da carteira de créditos administrados, atingindo R\$ 32,1 bilhões ao final do ano (+36,0% vs. 2020) associado ao aumento do número de cotas ativas (+13,3% vs. 2020).

O resultado financeiro foi de R\$ 468,7 milhões em 2021, superando o “benchmark” ao atingir rentabilidade sobre as aplicações financeiras (ex-Previdência) de 184% do CDI. Esse resultado é reflexo, principalmente, dos retornos positivos das alocações em juros indexados à inflação, que foram parcialmente impactados pelo desempenho desfavorável das alocações em renda variável. Esse resultado foi 49,1% inferior ao obtido em 2021, que foi muito superior à média histórica dessa linha.

O lucro líquido alcançou R\$ 1.544,2 milhões em 2021 (-8,5% vs. 2020), atingindo um Retorno sobre o Patrimônio Líquido de 16,9% no período, 2,7 p.p. menor do que o registrado em 2020.

O ano de 2021 foi bastante dinâmico para a Porto Seguro, marcado por diversas iniciativas nos campos da inovação e societário, com reflexos positivos no processo de transformação digital e que demonstram o protagonismo da Companhia na jornada de aceleração do crescimento.

2020

Em 2020, a Companhia demonstrou mais uma vez a solidez de suas operações, apresentando crescimento do lucro líquido em duplo dígito, sustentado principalmente pelo aumento das receitas e pela queda da sinistralidade, mesmo diante dos impactos causados pela pandemia da COVID-19.

Os prêmios de seguros totalizaram R\$ 15,8 bilhões, encerrando o ano apresentando um aumento de 2,2%, impulsionados principalmente pela aceleração dos seguros Patrimoniais, Riscos Financeiros, Vida e Saúde. Em contrapartida, o seguro Auto encerrou o ano de 2020 com redução de 1,2%, porém com crescimento do resultado operacional e expansão da frota segurada, decorrente principalmente dos aprimoramentos realizados na subscrição e precificação de riscos e dos efeitos positivos derivados do isolamento social sobre a sinistralidade.

O índice combinado atingiu 90,1% (-4,4 p.p.), explicado principalmente pelo aperfeiçoamento na precificação e subscrição de riscos e redução na sinistralidade decorrente do isolamento social, contribuindo para menores frequências de sinistros especialmente no seguro Auto.

O crescimento da receita dos Negócios Financeiros (+10%) foi alavancado principalmente pela forte expansão da carteira de Consórcio (+18%) e pela evolução das operações de Cartão de Crédito e Financiamento (+8%), impulsionada pelas operações CDC Veículos e pelo crescimento das transações com Cartão de Crédito no período.

O resultado financeiro decresceu 11,4% no em 2020, explicado principalmente pela queda da taxa de juros. A rentabilidade da carteira (ex-previdência) superou o benchmark, atingindo retorno de 11,40% no ano (412% do CDI). O retorno das aplicações financeiras acima do CDI no último trimestre de 2020 é explicado principalmente pelo desempenho positivo das alocações em renda variável e dos títulos indexados à inflação.

Neste contexto, o lucro líquido anual (sem “Business Combination”) atingiu R\$ 1,696 bilhão, crescimento de 22,3% e o ROAE foi de 21,6%, aumento de 2,3 p.p. em relação ao resultado de 2019.

2019

Em 2019, a Companhia atingiu o maior lucro recorrente da sua história, mantendo um nível elevado de rentabilidade, principalmente devido a entrega de um resultado operacional sólido e do aumento dos ganhos com as aplicações financeiras.

Na operação de seguros, os prêmios auferidos totalizaram R\$ 15,5 bilhões, encerrando o ano apresentando um aumento de 1,3%. Os prêmios foram impulsionados pela retomada do crescimento do Auto (+2%), com ênfase para a Azul Seguros, que superou a marca de 2 milhões de veículos segurados, e pelos seguros Saúde, Vida e Riscos Financeiros, que evoluíram em duplo dígito, enquanto os seguros Patrimoniais cresceram 7%.

O índice combinado atingiu 94,5% (+2,3 p.p.), decorrente da elevação dos índices de sinistralidade (+1,8 p.p.) e de comissionamento (+1,0 p.p.), compensados pelo recuo de 0,5 p.p. na consolidação dos índices de despesas administrativas e operacionais, atingindo 16,4%, fruto dos investimentos realizados para intensificar o uso de tecnologia e da melhora de processos, gerando ganhos de produtividade.

O crescimento da receita dos Negócios Financeiros (+10%) foi sustentado pela elevação do faturamento das operações de Cartão de Crédito e Financiamento, enquanto as receitas de Serviços recorrentes (excluindo o efeito da transferência da carteira de clientes da Conecta para a TIM em 2018) expandiram 2%.

O resultado financeiro, proveniente das aplicações financeiras, cresceu 12%, atingindo R\$ 1 bilhão. A rentabilidade (excluindo-se os recursos previdenciários) foi de 10,2% (171% do CDI), impulsionada principalmente pelo desempenho das alocações em títulos com juros indexados à inflação e em renda variável. O retorno das aplicações financeiras acima do índice de referência (CDI) contribuiu para mitigar os efeitos da redução da taxa de juros no resultado financeiro.

Neste contexto, o lucro líquido anual (sem “Business Combination”) atingiu R\$ 1,387 bilhão, crescimento de 5,2% e o ROAE foi de 19,3%, aumento de 0,2 p.p. em relação ao resultado de 2018.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

2021

Na operação de seguros, o principal negócio da companhia, o processo de precificação é dinâmico e considera diversas variáveis (nível de risco, taxa de juros projetada, volumes, custo dos insumos, entre muitas outras). A Companhia tem desenvolvido soluções para aumentar a conversão de vendas e assim ampliar sua base de clientes. Os modelos de aceitação estão sendo aperfeiçoados de modo a intensificar a exploração do portfólio de produtos existentes e assim realizar mais ativamente ofertas alinhadas com o perfil e a necessidade de cada cliente.

2020

Na operação de seguros, o principal negócio da companhia, o processo de precificação é dinâmico e considera diversas variáveis (nível de risco, taxa de juros projetada, volumes, custo dos insumos, entre muitas outras). A Companhia tem desenvolvido soluções para aumentar a conversão de vendas e assim ampliar sua base de clientes. Os modelos de aceitação estão sendo aperfeiçoados de modo a intensificar a exploração do portfólio de produtos existentes e assim realizar mais ativamente ofertas alinhadas com o perfil e a necessidade de cada cliente.

2019

Na operação de seguros, o principal negócio da companhia, o processo de precificação é dinâmico e considera diversas variáveis (nível de risco, taxa de juros projetada, volumes, custo dos insumos, entre muitas outras). A Companhia tem desenvolvido soluções para aumentar a conversão de vendas e assim ampliar sua base de clientes. Os modelos de aceitação estão sendo aperfeiçoados de modo a intensificar a exploração do portfólio de produtos existentes e assim realizar mais ativamente ofertas alinhadas com o perfil e a necessidade de cada cliente.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante:

2021

No ano de 2021, a receita financeira foi de R\$ 1,6 bilhão, o que representou uma redução de 18,0% em relação ao ano anterior. No ano, o resultado financeiro foi de R\$ 468,7 milhões, representando redução de 49,1% em relação aos R\$ 921,1 milhões em 2020. A carteira total de aplicações financeiras, excluindo os recursos de reservas técnicas previdenciárias atingiu (R\$ 9,1 bilhões) e gerou uma rentabilidade de 8,1% (387% do CDI).

2020

No ano de 2020, a receita financeira foi de R\$ 1,9 bilhão, o que representou um aumento de 9,2% em relação ao ano anterior. No ano, o resultado financeiro foi de R\$ 921 milhões, representando redução de 11,4% em relação aos R\$ 1,0 bilhão em 2020. A carteira total de aplicações financeiras, excluindo os recursos de reservas técnicas previdenciárias atingiu (R\$ 10,6 bilhões) e gerou uma rentabilidade de 10,7% (387% do CDI).

A rentabilidade da carteira de aplicações financeiras foi maior comparado com 2019, explicado principalmente pelo desempenho positivo das alocações em renda variável e dos títulos indexados à inflação.

2019

No ano de 2019, a receita financeira foi de R\$ 1,7 bilhão, o que representou um aumento de 12,5% em relação ao ano anterior. No ano, o resultado financeiro foi de R\$ 1,0 bilhão, representando aumento de 12,2% em relação aos R\$ 926 milhões em 2018. A carteira total de aplicações financeiras, excluindo os recursos de reservas técnicas previdenciárias atingiu (R\$ 9,6 bilhões) gerou uma rentabilidade de 10,2% (171% do CDI).

A rentabilidade da carteira de aplicações financeiras foi maior comparado com 2018, mostrando nossa eficiência na alocação de títulos com juros indexados à inflação, compensando em parte a redução da taxa Selic/CDI.

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

2021

Não houve introdução ou alienação em segmentos operacionais. A composição dos segmentos reportáveis está descrita a seguir:

- Seguros de automóveis: compreendem os prêmios de seguros de automóveis emitidos pela Porto Cia e Azul Seguros, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de resseguro.
- Seguros e planos de saúde: compreendem os prêmios de seguros-saúde e odontológico emitidos pela Porto Saúde, líquidos de cancelamentos e restituições, e as contraprestações líquidas dos planos de saúde comercializados pela Portomed.
- Seguros de pessoas e previdência complementar: compreendem (i) os prêmios de seguros de pessoas emitidos pela Porto Cia e Porto Vida, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de resseguro, e (ii) as receitas com taxas de gestão e das contribuições efetuadas mensalmente pelos participantes de planos de previdência operados pela Porto Vida.
- Seguros – demais ramos: compreendem os prêmios de seguros de danos (exceto automóvel) emitidos pela Porto Cia, Itaú Auto e Residência e Azul Seguros, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de resseguro, além dos seguros emitidos no Uruguai, pela Porto Seguro Uruguai.
- Financeiras e consórcio de bens: compreendem (a) as receitas com taxas de administração de grupos de consórcios operados pela Porto Consórcio; (b) as receitas da Portoseg de operações de crédito compostas pelos juros cobrados nos empréstimos, financiamentos e com cartão de crédito na utilização do crédito rotativo ou parcelamento da fatura e (c) as receitas de administração de fundos de investimentos e gestão de ativos financeiros da Portopar e Porto Investimentos.
- Outros: compreendem, principalmente, as receitas de prestação de serviços de todas as demais empresas da Companhia (inclusive as receitas de serviços prestados no Uruguai pela Porto Serviços Uruguai) e as receitas com títulos de capitalização.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Acordo e troca de ações com a PetLove

Conforme comunicados ao mercado ocorridos em 16 de abril e 28 de junho de 2021, a Companhia, por meio de sua controlada Porto Seguro Serviços e Comércio S.A (“Porto Serviços”), se aliou à PetLove Cayman Ltd. (“Petlove”) e passou a deter 13,5% de participação da empresa Petlove. Em contrapartida, a Porto Serviços transferiu o controle (100% das ações) da Porto Pet Administração de Planos de Saúde Animal S.A (“Porto.Pet”) – nova razão social para Health For Pet Administradora de Planos de Saúde para Animais de Estimação S.A. (“Health For Pet”). Este acordo ainda prevê a autorização do uso das marcas Porto Seguro e Porto.Pet no Brasil e a divulgação dos planos de saúde para animais oferecidos pela Porto.Pet nos canais de distribuição da Porto Seguro, dentre eles, a distribuição de materiais publicitários aos corretores.

Aquisição de controle conjunto – ConectCar

Em 01 de outubro de 2021, a Companhia, por meio de sua controlada Portoseg S.A – Crédito, Financiamento e Investimento (“Portoseg”), diante do cumprimento das condições contratuais e das aprovações regulatórias, concluiu a aquisição de 50% das ações da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (“ConectCar”), que eram de titularidade do Grupo Ultra.

c. Eventos ou operações não usuais.

2021

Além dos itens descritos no item 10.3 b) deste documento, destacamos como eventos e operações não usuais:

Benefícios tributários – Lei do Bem

Com as recentes e contínuas manifestações favoráveis e aceitações por parte das autoridades tributárias competentes e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, aos pedidos de benefício fiscal da lei do bem, referente aos projetos realizados durante o período de 2012 a 2020, e adicionado ao fato de que as características dos projetos de pesquisas e desenvolvimentos são similares em todo este período, a Companhia entendeu que as incertezas relacionadas à aceitação foram diluídas, passando a ser remoto o risco de um possível contingenciamento dos benefícios tributários.

Com base nesta mudança de estimativa por conta desses fatos recentes, a Companhia reconheceu no resultado do período o total de benefício no montante de R\$ 124.643, sendo: (i) reversão da totalidade do provisionamento dos saldos relacionados ao IFRIC23 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro, no montante de R\$ 15.569 em 2016 e R\$ 21.310 em 2017 e (ii) benefícios tributários referente as despesas dos projetos incorridas nos montantes de R\$ 20.086 em 2018, R\$ 25.635 em 2019 e R\$ 42.043 em 2020.

Indébitos tributários – depósitos judiciais

A Companhia efetuou a reversão do passivo diferido de IR e CS, no valor de R\$ 272.861, sobre atualização monetária de depósitos judiciais federais conforme decisão do STF em sede de repercussão geral publicada em 16/12/2021 sobre a não incidência de IRPJ e CSLL sobre juros SELIC decorrentes de recuperação de tributos pagos indevidamente (indébitos tributários) e em virtude da Circular nº 09/2021 emitida pelo IBRACON.

2020

Em Assembleia Geral, atendendo a previsão do Instrumento do Consórcio do Seguro DPVAT, foi deliberada a dissolução do Consórcio do Seguro DPVAT, ficando a Seguradora Líder em nome das Consorciadas, designada a administrar o “run-off” de suas operações e obrigações com relação aos sinistros ocorridos até 31 de dezembro em 2020, inclusive quanto às futuras demandas judiciais que os envolvam. A partir de 1º de janeiro de 2021, fica vedada quaisquer novas subscrições de riscos pela Seguradora Líder em nome das Consorciadas. Adicionalmente, todas as indenizações relativas ao DPVAT para sinistros ocorridos após 1º de janeiro de 2021, ficam a cargo da reserva existente do Consórcio do Seguro DPVAT, constituída ao longo dos últimos anos.

2019

Conforme comunicado ao mercado divulgado em 27 de março de 2019, a Companhia celebrou um acordo de cooperação com a Travelers Seguros do Brasil, para que seja possível recontratar na controlada Porto Cia as apólices emitidas pela Travelers. Esse acordo é voltado ao mercado de seguros das carteiras empresarial, riscos diversos e responsabilidade civil profissional e foi aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 9 de abril de 2019. As emissões relativas a esse acordo iniciaram no segundo semestre de 2019.

10.4 Os diretores devem comentar:

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

2021 e 2020

Não houve alterações nas principais políticas contábeis da Companhia.

2019

Não houve no exercício de 2019, alterações relevantes nas políticas contábeis, exceto: (i) pelas adoções em 1 de janeiro de 2019 ao IFRS 16/ CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil, (ii) adoção ao IFRIC 23/ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e (iii) Mudança de política contábil quanto a forma de reconhecimento das comissões sobre vendas de cotas de consórcios na controlada Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda.

A IFRS 16/ CPC 06 (R2) consiste em reconhecer pelo valor presente dos pagamentos futuros, os contratos de arrendamentos com prazo superior a 12 meses e com valores substanciais dentro do balanço patrimonial dos arrendatários. A norma determina que esse reconhecimento será através de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de despesa de depreciação dos ativos de arrendamento e despesa financeira oriundas dos juros sobre o passivo. Anteriormente as despesas desses contratos eram reconhecidas diretamente no resultado do período em que ocorriam.

Os ativos de direito de uso (substancialmente aluguéis de imóveis) serão mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. Também serão adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

O passivo de arrendamento, por sua vez, será mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos. Por fim, o valor presente dos pagamentos de arrendamentos será calculado, de acordo com uma taxa incremental de financiamento.

A interpretação técnica IFRIC 23/ ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro, ou seja, quando há dúvidas sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal. Nessas circunstâncias, deve ser reconhecido e mensurado o tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32.

As comissões sobre vendas de cotas de Consórcios que são emitidas na controlada Porto Consórcio passaram a ser diferidas integralmente conforme o prazo médio de permanência dos grupos de consórcios a partir de 1 de outubro de 2019. Essa mudança visa manter a padronização e uniformidade das políticas contábeis da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas

no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro: “International Financial Reporting Standards” (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB).

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

2021 e 2020

Não houve alterações nas principais políticas contábeis da Companhia.

2019

ADOÇÃO INICIAL DA IFRS 16

A adoção inicial da IFRS 16 em 1 de janeiro de 2019, gerou os seguintes reconhecimentos contábeis: (Valores em R\$ milhões)

Ativo não circulante	
Direito de uso	195.461
Depreciação acumulada de ativo de direito de uso	(56.123)
Total ativo (A)	<u>139.338</u>
Passivo circulante	
Passivo de arrendamento	(34.621)
Juros a apropriar de contratos de arrendamento	17.061
Passivo não circulante	
Passivo de arrendamento	(254.646)
Juros a apropriar de contratos de arrendamento	111.142
Total passivo (B)	<u>(161.064)</u>
Impacto bruto no patrimônio líquido (A) + (B)	21.726
Imposto de renda e contribuição social (40%)	(8.690)
Impacto no patrimônio líquido	<u>13.036</u>

ADOÇÃO INICIAL DA IFRIC 23

A Companhia entende que há dúvidas da aceitação por parte das autoridades tributárias de determinados benefícios tributários tomados nas bases dos impostos sobre o lucro ao longo dos exercícios de 2015 a 2017. Essa incerteza gerou o reconhecimento na adoção inicial (vide nota explicativa nº 2) em 1 de janeiro de 2019 de uma provisão e conseqüentemente uma redução no patrimônio líquido de R\$ 47.435. A Companhia efetuou a adoção pelo modelo retrospectivo com efeito cumulativo conforme facultado pela norma.

Subseqüentemente, em junho e setembro de 2019, foram aprovados pelas autoridades e revertidos o provisionamento no montante de R\$ 11.412, referente a parte dos benefícios. Mesmo diante dessa aprovação, a Companhia ainda entende que há dúvidas na aceitação dos saldos remanescentes no montante de R\$ 36.023.

COMISSÕES SOBRE VENDAS DE COTAS DE CONSÓRCIO

Essa mudança de política contábil em 2019 gerou o reconhecimento de um custo de aquisição diferido (DAC) no montante de R\$ 69.982 (líquidos dos efeitos tributários e da taxa de adesão) e consequentemente um aumento de R\$ 18.041 no patrimônio líquido e um aumento de R\$ 51.940 no resultado do exercício.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Nos exercícios de 2021, 2020 e 2019, não houve ressalvas ou ênfases no parecer do auditor independente.

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

• Análise de recuperação de ativos (“impairment”)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou “impaired”. Para a análise de “impairment”, a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada para prêmios a receber considera a existência de evidência objetiva de “impairment” para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, “ratings” internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Para os recebíveis de operações de créditos, CDC e cartão de crédito (emitidos pela Portoseg), a Companhia utiliza o conceito de redução ao valor recuperável pela perda esperada do ativo. Neste sentido, o valor de provisionamento para esta carteira é calculado por meio da metodologia que captura, além das perdas incorridas, aquelas esperadas durante o fluxo contratual dos ativos, desta forma, esses ativos financeiros são classificados em três estágios diferentes, de acordo com a qualidade de crédito da contraparte, conforme abaixo:

- Estágio 1: sem deterioração significativa no crédito desde seu reconhecimento inicial ou baixo risco de crédito na data de apuração (12 meses);
- Estágio 2: significativa deterioração na qualidade do crédito desde o reconhecimento inicial, mas nenhuma evidência objetiva de “impairment”;
- Estágio 3: evidência objetiva de “impairment” na data de observação.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito. Para cada estágio é calculada uma perda esperada específica, de forma a refletir um menor ou maior risco de cada operação.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados (“write-off”) quando não há mais expectativa para recuperação do ativo.

- **Avaliação de passivos originados de contratos de seguro**

Utiliza-se as diretrizes da IFRS 4 para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se às regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de “Shadow Accounting” (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizados de ativos financeiros classificados como instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs).

- **Teste de Adequação dos Passivos – TAP**

Em cada data de balanço é elaborado o TAP (ou “Liability Adequacy Test” - LAT) para todos os contratos vigentes na data de execução do teste, exceto DPVAT. Esse teste é elaborado considerando como valor contábil todos os passivos de contratos de seguro, deduzidos dos custos de aquisição diferidos (ativo), conforme critérios da IFRS 4 e da SUSEP.

Para o teste, desenvolveu-se uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando premissas realistas. Para os ramos de risco decorrido, são levados em consideração os prêmios ganhos observados para efetuar a melhor estimativa de receita de prêmios do período subsequente à data-base de cálculo.

Na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos são agrupados por similaridades ou características de risco. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. Caso seja identificada qualquer insuficiência no TAP, registra-se a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

Alguns contratos permitem o direito de venda do ativo danificado que tenha sido recuperado (tal como salvados). Fica resguardado, também, o direito contratual de se buscar ressarcimentos de terceiros, como sub-rogação de direitos para pagamentos de danos parciais ou totais cobertos. Consequentemente, estimativas de recuperações são incluídas como um redutor na avaliação e, consequentemente, na execução do TAP.

Para os produtos de previdência complementar, a Porto Seguro elaborou uma metodologia que leva em consideração elementos que impactam diretamente o fluxo de caixa dos referidos contratos, como níveis de permanência dos participantes, taxas de conversão em renda, retorno dos ativos garantidos aos participantes durante as fases de acumulação e concessão de benefício (excedente financeiro), opções de taxas de juros garantidos ou ganhos realizados de ativos acima da remuneração dos índices garantidos em contrato e opções de resgate.

- **Determinação de valor justo de ativos financeiros**

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como “Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado” e “Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes” baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

- **Avaliação das provisões de processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas**

A Companhia é parte de um grande número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, é utilizado o melhor julgamento sobre esses casos para a constituição das provisões, seguindo os princípios da IAS 37 / CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

- **Cálculo de créditos tributários**

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

- **Reconhecimento dos prêmios de seguros e resseguros**

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de

cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da Provisão de Prêmios Não Ganhos (“PPNG”). A PPNG é calculada “pro rata” dia, com base nos prêmios emitidos, líquida da parcela do prêmio destinada à recuperação dos custos iniciais de contratação; tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

O Imposto sobre Operações Financeiras (“IOF”) a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo da Companhia e é retido e recolhido simultaneamente no recebimento do prêmio.

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

- **Receitas de operações de crédito**

As operações de crédito (com características de concessão de crédito) são registradas a valor presente, calculadas “pro rata” dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. A receita de juros sobre as operações de crédito permanece sendo reconhecida mesmo após o contrato entrar em atraso. A partir do momento em que houver uma grande deterioração do ativo a receita passa a ser reconhecida pelo valor do ativo líquido do provisionamento registrado.

10.6 Os diretores devem comentar:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.**
- (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.**
- (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.**
- (iv) contratos de construção não terminada.**
- (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.**

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia não registrados em seu balanço patrimonial.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia não registrados em seu balanço patrimonial.

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Não aplicável, em razão de não haver itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

b. natureza e o propósito da operação.

Não aplicável, em razão de não haver itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, em razão de não haver itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Em 2021 a Companhia fez investimentos, no montante de R\$ 777 milhões. Do total investido, 90,9% foram destinados a veículos e equipamentos locados a terceiros, 8,8% em equipamentos de informática, bens móveis e outros e 0,3% em obras e edificações. Também foi investido R\$ 351 milhões em aquisições de software visando a melhoria e eficiência dos processos da Companhia.

A Companhia tem ampliado e aprofundado os esforços para aumentar a eficiência operacional através de investimentos em tecnologia que proporcionarão um crescimento sustentável das atividades da Companhia ao longo dos próximos anos, apoiado em sistemas e processos modernos e eficientes. Esses investimentos são realizados majoritariamente por meio de recursos próprios, obtidos de sua geração de caixa.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos:

A Companhia financia parte substancial de seus projetos de investimento com geração própria de caixa. No exercício de 2021 foram contratados empréstimos para o financiamento de projetos de infraestrutura tecnológica da Companhia e para a aquisição de veículos locados a terceiros no valor de R\$ 300 milhões.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Para os anos de 2021, 2020 e 2019, não ocorreram desinvestimentos e não há previsões para 2022.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não houve aquisições que influenciem materialmente a capacidade produtiva.

c. novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável, em razão de não haver novos produtos e serviços em desenvolvimento.

10.9 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Em 2021, as receitas da Porto Seguro atingiram R\$ 21,6 bilhões (+14,4% vs. 2020), acompanhadas de uma expansão significativa na base de clientes, fruto das iniciativas em curso com o objetivo de acelerar o crescimento dos negócios, permeadas por uma abertura ainda maior para repensar formatos e estabelecer mudanças que permitam fortalecer os pilares da Companhia e amplificar a inovação que sempre esteve presente em seu DNA.

Destacamos os principais efeitos nos negócios do Grupo em 2021 por segmento de atuação:

Na vertical Seguros, os prêmios cresceram 11,0% (vs. 2020), favorecidos pela fidelização e expansão na base de clientes através de soluções segmentadas para os diferentes perfis de consumidores. O seguro Auto expandiu 11,6% nos prêmios, sustentado principalmente pelo incremento de 311 mil veículos na frota segurada (vs. 2020). Os prêmios dos seguros Patrimoniais aumentaram 10,0% (vs. 2020), decorrente principalmente do crescimento dos seguros Empresariais, do Residencial da marca Porto Seguro e dos novos produtos, em especial os seguros para bikes, smartphones e responsabilidade civil profissional. No seguro de Vida, houve uma ampliação de 12,8% (vs. 2020) nos prêmios, explicado pela evolução dos seguros de Vida Individual, Vida Coletivo e pela retomada do crescimento do seguro de Viagem, favorecido pela retomada dos deslocamentos com destinos internacionais.

A vertical Saúde ampliou em 16,1% seu faturamento anual, através da manutenção de taxas de renovação elevadas e de um aumento consistente no número de vendas novas, resultando no quinto ano consecutivo de crescimento em duplo dígito nos prêmios do Saúde Empresarial. Houve um aumento de 91 mil vidas nos negócios de Saúde consolidados (vs. 2020), atingindo 1,2 milhão de pessoas cobertas. A vertical tem investido em tecnologia, processos e liderança dedicada para aumentar ainda mais sua relevância no segmento.

A vertical Negócios Financeiros apresentou elevação nas receitas de 20,9% no ano (vs. 2020), através do crescimento acelerado de seus principais negócios. As receitas de Cartão de Crédito e Financiamento cresceram 24,0% (vs. 2020), através de iniciativas bem-sucedidas de vendas e de uma estratégia eficaz de crédito, com um crescimento significativo da Carteira de Crédito (+32,9% vs. 2020), atingindo R\$ 13,3 bilhões ao final de 2021. Os Riscos Financeiros e Capitalização expandiram as receitas em 14,9% (vs. 2020), impulsionados principalmente pelo Aluguel Essencial, com processo de contratação mais ágil, digital e econômico em relação ao produto tradicional, e pela ampliação da base de parceiros (imobiliárias e corretores), revisão de estratégia e aceitação. As receitas do Consórcio obtiveram um incremento de 26,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, favorecidas pelo crescimento da carteira de créditos administrados, atingindo R\$ 32,1 bilhões ao final do ano (+36,0% vs. 2020) associado ao aumento do número de cotas ativas (+13,3% vs. 2020).

Na vertical Serviços foi registrado um aumento de 31,5% nas receitas anuais, com destaque para o Carro Fácil, que cresceu 61,7% (vs. 2020) e alcançou 10 mil contratos ativos ao final de 2021. Ênfase também para os serviços de assistência (PortoFaz e Reppara!), que cresceram 36,2% (vs. 2020), alavancados principalmente pelas operações business to business.

O resultado financeiro foi de R\$ 468,7 milhões em 2021, superando o “benchmark” ao atingir rentabilidade sobre as aplicações financeiras (ex-Previdência) de 184% do CDI. Esse resultado é reflexo, principalmente, dos retornos positivos das alocações em juros indexados à inflação, que foram parcialmente impactados pelo desempenho desfavorável das alocações em renda variável. Esse resultado foi 49,1% inferior ao obtido em 2021, que foi muito superior à média histórica dessa linha.

* *

ANEXO II

INFORMAÇÕES DO ANEXO 9-1-II, DA INSTRUÇÃO CVM N.º 481/09

INFORMAÇÕES SOBRE A DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. Informar o lucro líquido do exercício.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apurou-se um lucro líquido no valor de R\$ 1.544.249.113,02.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

A Companhia distribuirá dividendos e juros sobre o capital próprio relativos ao exercício de 2021 no montante global de R\$ 629.500.024,81, composto por: (i) juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios e já declarados nos meses de julho e outubro de 2021, no valor total líquido de R\$ 344.061.841,97; (ii) dividendos complementares ao mínimo obrigatório no valor de R\$ 23.709.091,97; e (iii) dividendos adicionais propostos no valor de R\$ 261.729.090,87.

Os juros sobre o capital próprio foram declarados pelo Conselho de Administração em duas oportunidades, durante o exercício de 2021:

- (i) em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de julho de 2021, foram declarados juros sobre o capital próprio, ad referendum da Assembleia Geral, a serem imputados ao valor do dividendo obrigatório relativo ao exercício social de 2021, no valor bruto de R\$ 221.231.000,00, correspondendo a R\$ 0,69151091 por ação (desconsideradas as ações mantidas em tesouraria e antes da bonificação em ações da Companhia), creditados contabilmente, em valores líquidos, aos acionistas em 29 de julho de 2021, com base na posição acionária de 29 de julho de 2021, correspondendo a R\$ 0,61449266206 por ação (desconsideradas as ações mantidas em tesouraria e antes da bonificação em ações da Companhia); e,
- (ii) em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de outubro de 2021, foram declarados juros sobre o capital próprio, ad referendum da Assembleia Geral, a serem imputados ao valor do dividendo obrigatório relativo ao exercício social de 2021, no valor bruto de R\$ 177.431.000,00, correspondendo a R\$ 0,27730171520 por ação (desconsideradas as ações mantidas em tesouraria e antes da bonificação em ações da Companhia), creditados contabilmente, em valores líquidos, aos acionistas em 29 de outubro de 2021, com base na posição acionária de 29 de outubro de 2021, correspondendo a R\$ 0,23047784858 por ação (desconsideradas as ações mantidas em tesouraria e antes da bonificação em ações da Companhia).

Os dividendos complementares ao mínimo obrigatório no valor de R\$ 23.709.091,97 correspondem a R\$ 0,03717026792 por ação. Os dividendos adicionais propostos no valor de R\$ 261.729.090,87 correspondem a R\$ 0,41032952435 por ação. O valor de dividendos por ação reflete a composição acionária no dia 22 de fevereiro de 2022 (excluindo-se as 8.735.076 ações mantidas em tesouraria e após a bonificação em ações da Companhia), e poderá ser alterado de acordo com o número de ações que estejam em tesouraria no dia da Assembleia.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

A Companhia distribuirá 40,8% do lucro líquido do exercício, correspondente ao montante de R\$ 629.500.024.81, entre dividendos mínimos obrigatórios e adicionais propostos, bem como juros sobre o capital próprio imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Não houve distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

Deduzidos os valores dos juros sobre o capital próprio já declarados, serão distribuídos: (i) dividendos complementares ao mínimo obrigatório no valor de R\$ 23.709.091,97, correspondem a R\$ 0,03717026792 por ação; e (ii) dividendos adicionais no valor de R\$ 0,41032952435 por ação, a serem aprovados pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada em 31 de março de 2022.

O valor de dividendos por ação reflete a composição acionária no dia 22 de fevereiro de 2022 (excluindo-se as 8.735.076 ações mantidas em tesouraria e após a bonificação em ações da Companhia), e poderá ser alterado de acordo com o número de ações que estejam em tesouraria no dia da Assembleia.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

Os pagamentos dos dividendos complementares e adicionais propostos pela administração serão realizados em moeda corrente nacional, em datas a serem aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia que será realizada no dia 31 de março de 2022. A administração propõe que os juros sobre o capital próprio já declarados sejam pagos em 11 de abril de 2022 e que os dividendos complementares e adicionais sejam pagos até o dia 30 de novembro de 2022.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

Não incidirão atualização monetária e/ou juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

A data de declaração dos dividendos complementares e adicionais propostos será a data de realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, em 31 de março de 2022, sendo que farão jus a referidos dividendos os acionistas que estiverem na base da Companhia em 31 de março de 2022. A partir de 1º de abril de 2022, as ações da Companhia serão negociadas “ex direito” aos referidos dividendos.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de julho de 2021, foram declarados juros sobre o capital próprio, ad referendum da Assembleia Geral, a serem imputados ao valor do dividendo obrigatório relativo ao exercício social de 2021, no valor bruto de R\$ 221.231.000,00, correspondendo a R\$ 0,69151091 por ação (desconsideradas as ações mantidas em tesouraria e antes da bonificação em ações da Companhia), creditados contabilmente, em valores líquidos, aos acionistas em 29 de julho de 2021, com base na posição acionária de 29 de julho de 2021, correspondendo a R\$ 0,59786317 por ação (desconsideradas as ações mantidas em tesouraria e antes da bonificação em ações da Companhia), sendo que, a partir de 30 de julho de 2021, as ações da Companhia passaram a ser negociadas “ex direito” aos referidos juros sobre o capital próprio.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de outubro de 2021, foram declarados juros sobre o capital próprio, ad referendum da Assembleia Geral, a serem imputados ao valor do dividendo obrigatório relativo ao exercício social de 2021, no valor bruto de R\$ 177.431.000,00, correspondendo a 0,27730171520 por ação (desconsideradas as ações mantidas em tesouraria e depois da bonificação em ações da Companhia), creditados contabilmente, em valores líquidos, aos acionistas em 29 de outubro de 2021, com base na posição acionária de 29 de outubro de 2021, correspondendo a R\$ 0,23047784858 por ação (desconsideradas as ações mantidas em tesouraria e depois da bonificação em ações da Companhia), sendo que a partir de 01 de novembro de 2021 as ações foram negociadas “ex direito” aos referidos juros sobre o capital próprio.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos.

O pagamento dos juros sobre o capital próprio é realizado em data a ser aprovada pela Assembleia Geral. A administração propõe que os pagamentos sejam realizados em 11 de abril de 2022.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores.

Exercício social	2021	2020	2019	2018
Lucro líquido do exercício (R\$)	1.544.249	1.688.191	1.379.083	1.310.620
Lucro líquido por ação (R\$)	2,394571	5,23992	4,26851	4,05397

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.

Exercício social	2021	2020	2019	2018
Dividendos (R\$)	285.438	525.713	317.745	248.723
Juros sobre o capital próprio (líquido) (R\$)	344.062	318.382	371.797	406.587
Total de dividendos/JCP do exercício (R\$)	629.500	844.096	689.542	655.310
Dividendos de exercícios anteriores (R\$)	-	-	-	800.000
Total de dividendos/JCP do exercício (por ação) (R\$)	0,97358	2,61996	2,13531	2,02698

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a. Identificar o montante destinado à reserva legal.

O montante destinado à Reserva Legal será de R\$ 77.212.455,65, calculado em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

O valor destinado à Reserva Legal corresponde a 5% do lucro líquido do exercício social de 2021, calculado em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

9. **Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.**
- a. **Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos.**
 - b. **Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.**
 - c. **Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.**
 - d. **Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.**
 - e. **Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.**

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui ações preferenciais.

10. **Em relação ao dividendo obrigatório:**
- a. **Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.**

O cálculo do dividendo mínimo obrigatório é realizado da seguinte forma, de acordo com o artigo 27, do estatuto social da Companhia:

“Artigo 27 - Os acionistas terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

- a) importância destinada à constituição da reserva legal;*
- b) importância destinada à formação da reserva para contingências (artigo 26 “b”, supra), e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; e*
- c) importância decorrente da reversão da Reserva de Lucros a Realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei nº 6.404/76.*

Parágrafo único - O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado, nos termos da lei.”

- b. **Informar se ele está sendo pago integralmente.**

O dividendo obrigatório está sendo pago integralmente pela Companhia.

- c. **Informar o montante eventualmente retido.**

Não há dividendo obrigatório retido.

11. **Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:**
- a. **Informar o montante da retenção.**
 - b. **Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.**
 - c. **Justificar a retenção dos dividendos.**

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não haverá retenção de dividendo obrigatório.

12. **Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:**
- a. **Identificar o montante destinado à reserva.**
 - b. **Identificar a perda considerada provável e sua causa.**
 - c. **Identificar a perda considerada provável e sua causa.**
 - d. **Justificar a constituição da reserva.**

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não haverá destinação de resultado para reserva de contingências.

- 13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:**
- Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar.**
 - Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva.**

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não haverá destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

- 14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:**
- Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.**

O artigo 26, parágrafo único, do estatuto social da Companhia estabelece as regras sobre a Reserva para Manutenção de Participações Societárias:

“Artigo 26. [...]

Parágrafo Único. A Reserva para Manutenção de Participações Societárias tem as seguintes características:

a) sua finalidade é a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas;

b) poderá ser destinado a essa Reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvado o disposto na alínea “d”, infra;

c) o saldo acumulado dessa Reserva, quando somado aos saldos das demais reservas de lucros existentes, não poderá ultrapassar o capital social da Companhia, oportunidade em que a Assembleia Geral deliberará sobre a destinação do excedente para aumento do capital social ou para distribuição aos acionistas; e,

d) caso a administração da Companhia considere o montante dessa Reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, poderá propor à Assembleia Geral: (i) que em determinado exercício, o saldo remanescente, após a constituição da reserva legal e a distribuição do dividendo mínimo obrigatório, seja distribuído, integral ou parcialmente, aos acionistas da Companhia; e/ou (ii) que os valores dessa Reserva sejam revertidos, integral ou parcialmente, para aumento de capital ou distribuição aos acionistas da Companhia.”

- Identificar o montante destinado à reserva.**

O montante destinado à Reserva para Manutenção de Participações Societárias, será de R\$ 786.983.552,91, incluindo R\$ 4.047.078,38 decorrentes da realização de Reserva de Reavaliação.

- Descrever como o montante foi calculado.**

O valor destinado à Reserva para Manutenção de Participações Societárias corresponde ao valor do lucro líquido do exercício de 2021, acrescido do valor decorrente da realização de Reserva de Reavaliação, descontado pelos valores destinados à Reserva Legal, ao pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, da seguinte forma:

Lucro líquido do exercício	1.544.249.113,02
(+) Realização de Reserva de Reavaliação	4.047.078,38
(-) Reserva Legal - 5%	77.212.455,65
(-) Dividendos	285.438.182,84
(-) Juros sobre o capital próprio (valor bruto)	398.662.000,00
(=) Destinação à Reserva Estatutária	786.983.552,91

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

- a. Identificar o montante da retenção.**
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital.**

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não haverá retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

- a. Informar o montante destinado à reserva.**
- b. Explicar a natureza da destinação.**

Item não aplicável, uma vez que a Companhia haverá destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

* *

ANEXO III

ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (ANEXO 24, DA INSTRUÇÃO CVM N.º 480/09)

INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BRUNO CAMPOS GARFINKEL

12.5 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

- a. nome
- b. data de nascimento
- c. profissão
- d. CPF ou número do passaporte
- e. cargo eletivo ocupado
- f. data de eleição
- g. data da posse
- h. prazo do mandato
- i. outros cargos ou funções exercidos no emissor
- j. se foi eleito pelo controlador ou não
- k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência
- l. número de mandatos consecutivos

Data de Nascimento: 26/10/1977	Profissão: Administrador de empresas	
CPF/ME: 267.737.238-09		
Cargo Eletivo Ocupado: Presidente do Conselho de Administração		
Data de Eleição: 31/03/2022	Data de Posse: 31/03/2022	
Prazo do Mandato: Até a AGO que aprovar as contas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023	Foi eleito pelo controlador? Sim	
Outros cargos ou funções exercidas no emissor: membro do Comitê de Ética e Conduta; do Comitê de Pessoas; do Comitê de Remuneração, do Comitê de Investimentos e do Comitê Digital		
É Membro Independente? Não	Número de mandatos consecutivos: 03	

- m. informações sobre:
 - (i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:
 - nome e setor de atividade da empresa
 - cargo
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor
 - (ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor

Bruno Campos Garfinkel é graduado em Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie em 2001, tendo cursado MBA na Boston University em 2004. É membro

do Conselho de Administração da Companhia desde 2017. Iniciou sua trajetória na Porto Seguro ingressando na Azul Companhia de Seguros Gerais, sociedade seguradora controlada pela Companhia, como Trainee em 2004, assumindo o cargo de Coordenador de Projetos em 2005. Em 2006, assumiu o cargo de Gerente Geral de Sucursal (São Paulo). Ingressou na Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, sociedade seguradora controlada pela Companhia, como Diretor Regional em 2008, sendo nomeado Gerente de Processos e Sistemas de Sinistros no ano de 2009 e assumiu o cargo de Superintendente de Sinistro Auto em 2010. Foi eleito como Diretor de Sinistros em 2013 e como Diretor de Produto – Automóvel, cargos que ocupou até 2015. Ocupa ainda, cargos na Diretoria da Pétalas Empreendimentos e Participações S.A., Pares Empreendimentos e Participações S.A., holding, e da Rosag Empreendimentos e Participações S.A., holding, sendo as duas últimas, sociedades controladoras da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. É diretor da Fazenda Periquitos Sociedade Agropecuária Ltda. Antes de ingressar na Corporação Porto Seguro, ocupou o cargo de Gerente de Investimento Private no Banco CCF – Banco de Investimento (1999-2001).

Além dos cargos de administração exercidos na Companhia, não exerce ou exerceu nenhum cargo em outras companhias abertas ou organizações do terceiro setor.

- n. **descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.:**

Nos últimos cinco anos não ocorreram eventos relacionados a qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

- 12.6 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.**

100% de participação nas reuniões.

- 12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários**

- 12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo**

Não aplicável, pois os itens tratam de membros de comitês.

- 12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**
- a. **administradores do emissor;**
 - b. **(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor;**
 - c. **(i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; e**

- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

O Sr. Bruno Campos Garfinkel é irmão da Sra. Ana Luiza Campos Garfinkel, membro do Conselho de Administração da Companhia. Além disso, é filho do Sr. Jayme Brasil Garfinkel, Diretor da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e Diretor Presidente da Rosag Empreendimentos e Participações S/A e Pares Empreendimentos e Participações S/A.

- 12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:** a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

É membro do Conselho de Administração da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A., controladora direta e Diretor da Pares Empreendimentos e Participações S.A. e da Rosag Empreendimentos e Participações S.A., controladoras indiretas da Porto Seguro S.A.

ANA LUIZA CAMPOS GARFINKEL

- 12.5 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:**

- a. nome
- b. data de nascimento
- c. profissão
- d. CPF ou número do passaporte
- e. cargo eletivo ocupado
- f. data de eleição
- g. data da posse
- h. prazo do mandato
- i. outros cargos ou funções exercidos no emissor
- j. se foi eleito pelo controlador ou não
- k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência
- l. número de mandatos consecutivos

Data de Nascimento: 18/10/1980	Profissão: Advogada	
CPF/ME: 299.713.918-05		
Cargo Eletivo Ocupado: Membro do Conselho de Administração		
Data de Eleição: 31/03/2022	Data de Posse: 31/03/2022	
Prazo do Mandato: Até a AGO que aprovar as contas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023		Foi eleito pelo controlador? Sim
Outros cargos ou funções exercidos no emissor: membro do Comitê de Remuneração e do Comitê de Pessoas		
É Membro Independente? Não	Número de mandatos consecutivos: 2	

- m. informações sobre:
- (i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:
- nome e setor de atividade da empresa
 - cargo
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor
- (ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor

Ana Luiza Campos Garfinkel é bacharel em Direito pela Fundação Armando Alvares Penteado – FAAP em 2005, advogada, Especialista em Responsabilidade Civil pela Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas – FGV- Law em 2007. Trabalhou entre os anos de 2001 a 2005 nos escritórios Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados; Souza, Cescon, Barriou e Flesch Advogados; e no Ministério Público Estadual. Iniciou sua trajetória no braço social do grupo Porto Seguro ingressando na Associação Crescer Sempre, associação educacional sem fins lucrativos localizada na comunidade de Paraisópolis, onde permanece como diretora geral até os dias de hoje. Ocupa ainda cargos na Diretoria da Pares Empreendimentos e Participações S.A., holding, e da Fazenda Periquitos Sociedade Agropecuária Ltda. Em 2019 obteve o título de Certified Fraud Examiner e passou a integrar a Association of Certified Fraud Examiners.

Não exerce ou exerceu nenhum cargo em outras companhias abertas.

- n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.:

Nos últimos cinco anos não ocorreram eventos relacionados a qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

- 12.6 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.**

100% de participação nas reuniões.

- 12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.**

- 12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo**

Não aplicável, pois os itens tratam de membros de comitês.

- 12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**
- administradores do emissor;
 - (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor;
 - (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; e
 - (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

A Sra. Ana Luiza Campos Garfinkel é irmã do Sr. Bruno Campos Garfinkel, Presidente do Conselho de Administração da Companhia. Além disso, é filha do Sr. Jayme Brasil Garfinkel, Diretor da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e Diretor Presidente da Rosag Empreendimentos e Participações S/A e Pares Empreendimentos e Participações S/A.

- 12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:** a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

É membro do Conselho de Administração da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A., controladora direta e Diretora Pares Empreendimentos e Participações S.A. e da Rosag Empreendimentos e Participações S.A., controladoras indiretas da Porto Seguro S.A.

MARCO AMBROGIO CRESPI BONOMI

- 12.5 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:**
- nome
 - data de nascimento
 - profissão
 - CPF ou número do passaporte
 - cargo eletivo ocupado
 - data de eleição
 - data da posse
 - prazo do mandato
 - outros cargos ou funções exercidos no emissor
 - se foi eleito pelo controlador ou não
 - se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência
 - número de mandatos consecutivos

Data de Nascimento: 06/05/1956	Profissão: Economista
CPF/ME: 700.536.698-00	
Cargo Eletivo Ocupado: Vice-Presidente do Conselho de Administração	
Data de Eleição: 31/03/2022	Data de Posse: 31/03/2022
Prazo do Mandato: Até a AGO que aprovar as contas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023	Foi eleito pelo controlador? Sim

Outros cargos ou funções exercidos no emissor: membro do Comitê de Risco Integrado, do Comitê de Ética e Conduta e do Comitê Digital	
É Membro Independente? Não	Número de mandatos consecutivos: 05

m. informações sobre:

(i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome e setor de atividade da empresa
 - cargo
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor
- (ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor

Marco Ambrogio Crespi Bonomi é graduado em Economia pela Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP (1978). Tem cursos de aperfeiçoamento executivo financeiro pela Fundação Getulio Vargas (FGV), São Paulo, e de mercado de capitais pela Universidade de Nova York. É Membro do Conselho de Administração da Companhia desde março de 2012, tendo exercido o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia de março de 2012 até esta data. É membro do Conselho de Administração e Diretor da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A., holding controladora da Companhia, desde abril de 2015, onde atuou também como Vice-Presidente do Conselho de Administração de março de 2012 até esta data. Ocupa diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco desde 1998, sendo Diretor Geral de julho de 2015 a abril de 2017. É membro do Conselho de Administração da Itaú Unibanco Holding S.A. desde abril de 2017. Foi Vice-Presidente da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (ACREFI) (2004 a 2011).

O Sr. Marco Ambrogio Crespi Bonomi exerce cargo de administração na seguinte companhia aberta: Itaú Unibanco Holding S.A., conforme acima especificado.

n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.:

Nos últimos cinco anos não ocorreram eventos relacionados a qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.6 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

100% de participação nas reuniões.

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Não aplicável, pois os itens tratam de membros de comitês.

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor;
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor;
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; e
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

Não existe relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre o Sr. Marco Ambrogio Crespi Bonomi e: (i) outros administradores da Porto Seguro S.A.; (ii) administradores de suas controladas, diretas ou indiretas; (iii) controladores, diretos ou indiretos da Porto Seguro S.A.; ou (iv) administradores dos controladores, diretos ou indiretos, da Porto Seguro S.A.

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

O Sr. Marco Ambrogio Crespi Bonomi é membro do Conselho de Administração e da Diretoria da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A., sociedade controladora da Porto Seguro S.A.

ANDRÉ LUÍS TEIXEIRA RODRIGUES

12.5 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

- a. nome
- b. data de nascimento
- c. profissão
- d. CPF ou número do passaporte
- e. cargo eletivo ocupado
- f. data de eleição
- g. data da posse
- h. prazo do mandato
- i. outros cargos ou funções exercidos no emissor
- j. se foi eleito pelo controlador ou não
- k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência
- l. número de mandatos consecutivos

Data de Nascimento: 11/08/1973	Profissão: Engenheiro
CPF/ME: 799.914.406-15	

Cargo Eletivo Ocupado: Conselho de Administração (Efetivo)	
Data de Eleição: 24/03/2022	Data de Posse: 24/03/2022
Prazo do Mandato: Até a AGO que aprovar as contas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023	Foi eleito pelo controlador? Sim
Outros cargos ou funções exercidas no emissor: não há	
É Membro Independente? Não	Número de mandatos consecutivos: 01

m. informações sobre:

(i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome e setor de atividade da empresa
 - cargo
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor
- (ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor

André Luís Teixeira Rodrigues é Diretor Executivo no Grupo Itaú Unibanco desde 2008. Atualmente é Diretor Executivo Coordenador do Banco de Varejo, que compreende os segmentos Itaú Agências, Itaú Personnalité, Área Empresas, Poder Público e Folhas de Pagamentos, além de responsável no Varejo pelas áreas de Produtos e Franquias PF e PJ, CRM, Canais Digitais e UX. Iniciou sua carreira no Grupo Itaú Unibanco em 2000, é Diretor desde 2005 e atuou no Banco Itaú BBA (2003 a 2018). É bacharel em Engenharia Mecânica – Habilitação: Automação e Sistemas ("Mecatrônica"), pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil.

n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.:

Nos últimos cinco anos não ocorreram eventos relacionados a qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.6 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

100% de participação nas reuniões.

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação

nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Não aplicável, pois os itens tratam de membros de comitês.

- 12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**
- administradores do emissor;
 - (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor;
 - (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; e
 - (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

Não há.

- 12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:** a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

O Sr. André Luís Teixeira Rodrigues exerce cargo de administração na seguinte companhia aberta: Itaú Unibanco Holding S.A., conforme acima especificado.

PEDRO LUIZ CERIZE

- 12.5 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:**
- nome
 - data de nascimento
 - profissão
 - CPF ou número do passaporte
 - cargo eletivo ocupado
 - data de eleição
 - data da posse
 - prazo do mandato
 - outros cargos ou funções exercidos no emissor
 - se foi eleito pelo controlador ou não
 - se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência
 - número de mandatos consecutivos

Data de Nascimento: 03/05/1969	Profissão: Administrador de Empresas
CPF: 774.487.316-53	
Cargo Eletivo Ocupado: Membro Independente do Conselho de Administração	
Data de Eleição: 31/03/2022	Data de Posse: 31/03/2022
Prazo do Mandato: Até a AGO que aprovar as contas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023	Foi eleito pelo controlador? Sim

Outros cargos ou funções exercidos no emissor: membro do Comitê de Investimentos	
É Membro Independente? Sim	Número de mandatos consecutivos: 07
Critério para determinação de independência: critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado.	

m. informações sobre:

(i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome e setor de atividade da empresa
 - cargo
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor
- (ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor**

Pedro Luiz Cerize é graduado com honras em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas em São Paulo – FGV/SP, com MBA em finanças pelo IBMEC – Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais. Trabalhou na Corretora Socopa, Banco Fator e Banco BBA Creditanstalt. É sócio-fundador e co-gestor da Skopos Investimentos Ltda. Atualmente, é membro independente do Conselho de Administração da Companhia, onde atua desde março de 2008. Foi membro do Conselho de Administração da Companhia de Gás de São Paulo – Comgás e PDG Realty S.A. Empreendimentos.

Além do cargo de Administração exercido na Companhia, o Sr. Pedro Luiz Cerize exerceu cargos de administração nas seguintes companhias abertas: Companhia de Gás de São Paulo – Comgás e PDG Realty S.A. Empreendimentos, no cargo acima especificado.

n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.:

Nos últimos cinco anos não ocorreram eventos relacionados a qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.6 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

100% de participação nas reuniões.

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação

nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Não aplicável, pois os itens tratam de membros de comitês.

- 12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**
- administradores do emissor;
 - (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor;
 - (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; e
 - (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

Não há.

- 12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:** a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Não existe relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais.

PATRÍCIA M. MURATORI CALFAT

- 12.5 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:**
- nome
 - data de nascimento
 - profissão
 - CPF ou número do passaporte
 - cargo eletivo ocupado
 - data de eleição
 - data da posse
 - prazo do mandato
 - outros cargos ou funções exercidos no emissor
 - se foi eleito pelo controlador ou não
 - se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência
 - número de mandatos consecutivos

Data de Nascimento: 06/08/1977	Profissão: Publicitária
CPF/MF: 278.068.078-45	
Cargo Eletivo Ocupado: Membro Independente do Conselho de Administração	
Data de Eleição: 31/03/2022	Data de Posse: 31/03/2022
Prazo do Mandato: Até a AGO que aprovar as contas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023	Foi eleito pelo controlador? Sim

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: membro do Comitê Digital. Membro e Coordenadora do Comitê de Auditoria	
É Membro Independente? Sim	Número de mandatos consecutivos: 01
Critério para determinação de independência: critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado.	

m. informações sobre:

(i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome e setor de atividade da empresa
 - cargo
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor
- (ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor**

A Sra. **Patrícia M. Muratori Calfat** é formada em Publicidade pela Universidade Paulista, Unip em 1999 e Alumni na Harvard Business School, onde cursou Business Administration and Management, Operations no Program of Leadership Development entre 2016 e 2018. Foi Diretora Geral de Mídia na DM9DDB Brasil entre Agosto de 2009 e Setembro de 2013. Na Google Brasil exerce, atualmente, o cargo de Diretora do Youtube Brasil desde Março de 2019, e já exerceu o cargo de Head de Vendas Telecom entre Setembro de 2013 e Setembro de 2016 e Head de Vendas Varejo entre Outubro de 2016 até Fevereiro de 2019 e membro independente do Conselho de Administração Rio Alto Energias Renováveis S.A. desde janeiro de 2021.

n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.:

Nos últimos cinco anos não ocorreram eventos relacionados a qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.6 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

100% de participação nas reuniões.

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação

nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Não aplicável, pois os itens tratam de membros de comitês.

- 12.9** Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:
- administradores do emissor;
 - (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor;
 - (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; e
 - (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

Não há.

- 12.10** Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Não existe relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais.

PAULO SERGIO KAKINOFF

- 12.5** Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:
- nome
 - data de nascimento
 - profissão
 - CPF ou número do passaporte
 - cargo eletivo ocupado
 - data de eleição
 - data da posse
 - prazo do mandato
 - outros cargos ou funções exercidos no emissor
 - se foi eleito pelo controlador ou não
 - se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência
 - número de mandatos consecutivos

Data de Nascimento: 06/09/1974	Profissão: Administrador de empresas
CPF/MF: 194.344.518-41	
Cargo Eletivo Ocupado: Membro Independente do Conselho de Administração	
Data de Eleição: 31/03/2022	Data de Posse: 31/03/2022

Prazo do Mandato: Até a AGO que aprovar as contas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023	Foi eleito pelo controlador? Sim
Outros cargos ou funções exercidas no emissor: membro do Comitê de Marketing	
É Membro Independente? Sim	Número de mandatos consecutivos: 01
Critério para determinação de independência: critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado.	

m. informações sobre:

(i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome e setor de atividade da empresa
 - cargo
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor
- (ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor**

Paulo Sergio Kakinoff é graduado em Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. É Diretor-Presidente da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. desde julho de 2012. Foi Presidente da Audi Brasil até junho de 2012 e atuou na indústria automobilística por 18 anos, tendo ocupado anteriormente as funções de Diretor de Vendas & Marketing da Volkswagen do Brasil e Diretor Executivo para a América do Sul na matriz do Grupo Volkswagen na Alemanha.

A Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. não integra o grupo econômico do emissor e não é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

O Sr. Paulo Sergio Kakinoff exerce cargo de administração na Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A., conforme acima especificado, e, ainda é membro do Conselho de Administração das seguintes empresas, Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S/A, Smiles Fidelidade S/A e Tembici Participações S/A.

n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.:

Nos últimos cinco anos não ocorreram eventos relacionados a qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.6 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

100% de participação nas reuniões.

- 12.7** Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários
- 12.8** Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Não aplicável, pois os itens tratam de membros de comitês.

- 12.9** Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:
- a. administradores do emissor;
 - b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor;
 - c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; e
 - d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

Não há.

- 12.10** Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Não existe relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais.

* *

ANEXO IV

ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (ANEXO 24, DA INSTRUÇÃO CVM N.º 480/09)

INFORMAÇÕES SOBRE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

- 13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos**
- a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data de aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

As práticas de remuneração têm como principal propósito alinhar os administradores aos objetivos da Companhia e do grupo Porto Seguro, incentivando os profissionais para a geração de valor econômico aos acionistas e para o respeito aos interesses dos demais *stakeholders*, no curto, médio e longo prazos.

Parte significativa da remuneração dos administradores é atrelada a resultados, de forma a, por meio do compartilhamento de riscos e de outros elementos de incentivo e controle, alinhar os interesses dos administradores com aqueles da Companhia, do grupo Porto Seguro e de todas as demais pessoas e empresas que contribuem e dependem do desenvolvimento adequado das atividades do grupo.

Em linha com as melhores práticas de mercado, as práticas de remuneração adotadas pela Companhia consideram e visam ainda a consistência interna do grupo, sua competitividade externa e a motivação profissional dos administradores.

A Companhia possui uma política de remuneração, aprovada pelo Conselho de Administração em 31 de outubro de 2018 e revisada em 15 de dezembro de 2020. Esta política tem por objetivo estabelecer as diretrizes sobre a remuneração dos administradores do grupo Porto Seguro, considerando, dentre outros fatores, o disposto em sua declaração de “Apetite por Risco”, que define as diretrizes, métricas e limites de exposição aos principais fatores de risco aos quais o grupo Porto Seguro está sujeito, para atingir seus objetivos de negócio.

Os critérios e diretrizes de remuneração buscam garantir que não ocorra, ou seja incentivada, a elevação da exposição ao risco nas estratégias adotadas, sejam elas de curto, médio ou longo prazo. Nesse sentido, destaca-se que as métricas utilizadas para remuneração não poderão ter impacto sobre os limites de risco definidos na declaração de “Apetite por Risco”.

A remuneração de cada administrador será determinada levando-se em conta as áreas de negócio e/ou sociedades do grupo Porto Seguro sobre as quais possui responsabilidade de gestão, suas qualificações profissionais e as condições de mercado, sem limitar-se aos resultados isolados de uma empresa ou negócio, mas sim considerando o valor gerado à organização como um todo e os riscos das atividades exercidas, conforme indicado na Política de Remuneração da Porto Seguro.

Dentre os critérios utilizados na avaliação da remuneração dos administradores, destacam-se, conforme indicado na Política de Remuneração da Porto Seguro: (i) o alinhamento das estratégias do grupo Porto Seguro, com foco em sua perenidade e na criação de valor no longo prazo; (ii) a proporcionalidade às atribuições, responsabilidades e demanda de tempo; e (iii) eventuais

correções na forma de medição ou novos critérios ou formas de apuração, dentre outros fatores considerados relevantes.

A Política de Remuneração da Porto Seguro encontra-se à disposição dos acionistas e dos demais participantes do mercado no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.portoseguro.com.br/>), bem como nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

b. composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

Os elementos que compõem a remuneração dos administradores do grupo Porto Seguro são os seguintes: (i) remuneração fixa, (ii) remuneração variável e (iii) benefícios pós-emprego.

(i) Remuneração fixa:

Conselho de Administração:

A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração é definida com base em valores praticados no mercado por empresas do mesmo setor de atuação e/ou empresas com características, porte e complexidade similares ao da Companhia.

A remuneração fixa é revista anualmente com base nas melhores práticas de mercado, nos índices de inflação, na composição final da remuneração dos administradores, considerando-se os demais componentes da remuneração, e em pesquisas específicas sobre salários de administradores, realizadas por consultorias especializadas em remuneração e benefícios.

A remuneração fixa dos Conselheiros de Administração é paga mensalmente, com o objetivo de garantir dedicação e de propiciar maior controle de desempenho e custos.

Diretoria:

A remuneração fixa da Diretoria do grupo Porto Seguro é paga com base no know-how de cada Diretor e na responsabilidade e contribuição da posição ocupada sobre resultados administrados, objetivando equivalência em relação às empresas do mesmo setor de atuação e/ou empresas com características, porte e complexidade similares, conforme recomendação de consultoria especializada.

A remuneração fixa dos Diretores é paga mensalmente, com o objetivo de garantir dedicação e de propiciar maior controle de desempenho e custos.

Complementando a remuneração fixa mensal, também são concedidos benefícios diretos e indiretos (assistência médica, seguro de vida, recolhimento de FGTS e auxílio educacional), todos com o objetivo de atrair e reter os melhores talentos e permitir a dedicação e a competência dos administradores.

Comitês de Assessoramento:

Os membros do Conselho de Administração que integram os comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração recebem remuneração adicional por participação em reuniões desses comitês. Os membros da Diretoria que participam desses comitês de assessoramento não recebem remuneração adicional à remuneração recebida pelos cargos que exercem na Companhia ou em suas controladas. Os membros externos dos comitês estatutários de

assessoramento ao Conselho de Administração são remunerados por participação em reuniões dos comitês dos quais participam.

Conselho Fiscal:

O Conselho Fiscal em funcionamento foi instalado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 31 de março de 2021. Os membros do Conselho Fiscal fazem jus a uma remuneração fixa mensal, em conformidade com a legislação aplicável.

(ii) Remuneração variável:

Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração poderão receber também uma parcela variável de remuneração, cujo objetivo é reconhecer e recompensar a atuação de cada conselheiro.

A remuneração variável atribuível a cada membro do Conselho de Administração é calculada tendo-se por base a participação individual diferenciada de cada um em atividades que geram alto valor agregado de longo prazo ao grupo Porto Seguro, a contribuição específica para a geração de resultado econômico, bem como a participação, aconselhamento ou coordenação do Comitê Diretivo Organizacional, e tem como escopo garantir e estimular o alinhamento estratégico e cultural do grupo.

Diretoria:

A remuneração variável dos diretores é um componente fundamental de alinhamento entre os administradores e os resultados econômicos, operacionais e sociais buscados pelo grupo Porto Seguro.

O principal objetivo da remuneração variável é recompensar financeiramente os diretores pela geração de valor e atingimento de resultados, de forma sustentável e perene, com respeito e preservação dos interesses e satisfação de clientes, parceiros comerciais, colaboradores, da comunidade que se relaciona com o grupo Porto Seguro e de seus demais *stakeholders*.

O valor da remuneração variável dos diretores é definido com base nos valores médios pagos por empresas do mesmo setor de atuação e/ou empresas com características, porte e complexidade similares, assim como a partir da análise do desafio de crescimento, sustentabilidade e resultados de cada negócio, produto ou serviço, a cargo de cada diretor, em cada período de apuração.

Comitês de Assessoramento:

Os membros dos comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração que são remunerados em função de sua participação nesses comitês não fazem jus a remuneração variável.

Conselho Fiscal:

Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a remuneração variável.

(iii) Benefícios pós-emprego:

Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração não são elegíveis aos benefícios pós-emprego.

Diretoria:

Os benefícios pós-emprego representam um importante componente da remuneração total que, além de reconhecer os Diretores do grupo Porto Seguro de forma integral (período laboral e aposentadoria), também está em linha com as melhores práticas de mercado. A participação é facultativa e conferida aos administradores das sociedades do grupo Porto Seguro que patrocinam a Portoprev – Porto Seguro Previdência Complementar (“Portoprev”).

Ressaltamos que a Companhia não é patrocinadora da Portoprev e, portanto, não suporta planos de previdência privada complementar para seus administradores.

Comitês de Assessoramento:

Os membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração não são elegíveis aos benefícios pós-emprego em função de sua participação nesses comitês.

Conselho Fiscal:

Os membros do Conselho Fiscal não são elegíveis aos benefícios pós-emprego

(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

As tabelas abaixo indicam o percentual que cada elemento representou na remuneração dos administradores da Companhia reconhecida em seu resultado e no resultado consolidado do grupo Porto Seguro:

Porto Seguro S.A. (Emissor)					
Órgão	Ano	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios Pós-Emprego	Total
Conselho de Administração	2021	30,83%	69,17%	-	100,00%
Conselho de Administração	2020	26,74%	73,26%	-	100,00%
Conselho de Administração	2019	20,10%	79,90%	-	100,00%
Comitês de Assessoramento	2021	100%			100%
Comitês de Assessoramento	2020	100%	-	-	100,00%
Comitês de Assessoramento	2019	100%	-	-	100,00%
Diretoria	2021		100%	-	100,00%
Diretoria	2020	-	100%	-	100,00%
Diretoria	2019	-	100%	-	100,00%
Conselho Fiscal	2021	100%	-	-	100,00%
Conselho Fiscal	2020	100%	-	-	100,00%
Conselho Fiscal	2019	100%	-	-	100,00%

Porto Seguro S.A. e Controladas (Consolidado)

Órgão	Ano	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios Pós-Emprego	Total
Conselho de Administração	2021	30,83%	69,17%	-	100,00%
Conselho de Administração	2020	26,74%	73,26%	-	100,00%
Conselho de Administração	2019	20,10%	79,90%	-	100,00%
Comitês de Assessoramento	2021	100%	-	-	100,00%
Comitês de Assessoramento	2020	100%	-	-	100,00%
Comitês de Assessoramento	2019	100%	-	-	100,00%
Diretoria	2021	15,49%	83,71%	0,80%	100,00%
Diretoria	2020	13,81%	85,43%	0,76%	100,00%
Diretoria	2019	15,73%	83,51%	0,76%	100,00%
Conselho Fiscal	2021	100%	-	-	100,00%
Conselho Fiscal	2020	100%	-	-	100,00%
Conselho Fiscal	2019	100%	-	-	100,00%

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

(i) Remuneração fixa:

A metodologia de cálculo e reajuste da remuneração fixa observa os valores praticados pelo mercado, considerando-se empresas do mesmo setor de atuação e/ou empresas com características, porte e complexidade similares, conforme recomendação e condução de consultoria especializada em conjunto com o departamento de Recursos Humanos, bem como a evolução dos indicadores financeiros do País, levando-se ainda em consideração o desempenho individual dos administradores.

Os montantes globais de remuneração dos administradores da Companhia e de suas controladas são aprovados pelas respectivas Assembleias Gerais Ordinárias ou Reuniões Ordinárias de Sócios, conforme aplicável. Os valores individuais de remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia e das Diretorias da Companhia e das controladas são aprovados pelos órgãos de administração competentes e/ou, quando aplicável, por comitês especificamente criados pelo Conselho de Administração.

(ii) Remuneração variável:

A metodologia de cálculo e reajuste da remuneração variável dos administradores observa os valores praticados pelo mercado, considerando-se empresas do mesmo setor de atuação e/ou empresas com características, porte e complexidade similares, conforme recomendação e condução de consultoria especializada em conjunto com o departamento de Recursos Humanos, a evolução dos indicadores financeiros do País, indicadores financeiros, operacionais, estratégicos e

de planejamento do grupo Porto Seguro, bem como o desempenho e contribuição individual de cada administrador. Os valores são revistos e definidos anualmente.

O Conselho de Administração e/ou, quando aplicável, comitês especificamente criados pelo Conselho de Administração, define os valores que eventualmente serão distribuídos aos seus membros a título de remuneração variável, tendo por base a participação diferenciada de cada membro em atividades que geram alto valor agregado ao grupo Porto Seguro, dentre outros elementos já explicitados.

Para a Diretoria, anualmente são definidas metas objetivas individuais alinhadas a cada atividade ou negócio administrado, bem como nível de competências necessárias para o seu atingimento. A validação das metas e a aprovação dos valores individuais que serão distribuídos como remuneração variável são realizadas diretamente pela Presidência do grupo Porto Seguro, com assessoria das áreas corporativas envolvidas.

Os montantes atribuídos aos administradores como remuneração variável observam os limites impostos no artigo 152, § 1º da Lei das S.A.

(iii) Benefícios pós-emprego:

Os benefícios pós-emprego, relacionados à opção conferida aos Diretores do grupo Porto Seguro que patrocinam a Portoprev de aderirem ao plano de previdência privada oferecido, observam as regras estabelecidas pelo regulamento do Plano de Benefícios Portoprev, que são únicas para administradores e funcionários do grupo Porto Seguro.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia acredita que a composição da remuneração, dividida em componentes fixo, variável e benefícios pós-emprego fortalece e cria condições para o comprometimento e o alinhamento dos administradores com os interesses da Companhia, de seus acionistas, do grupo Porto Seguro e de todos que com ele colaboram ou dele dependem, no longo prazo, uma vez que, reserva parcela significativa da compensação anual total de cada administração para a remuneração variável.

Mesmo destinando maior parte para remuneração variável, e portanto, para a obtenção de melhores resultados, o emissor também garante remuneração fixa e benefícios pós-emprego alinhados às melhores práticas de mercado, permitindo que os administradores tenham condições adequadas para desenvolver suas atividades.

A remuneração contempla componentes alinhados aos adotados pelo mercado, observando consistência interna do grupo, competitividade externa, gerenciamento de risco, motivação e desenvolvimento profissional

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

No exercício de 2021, um dos membros do Conselho de Administração renunciou à remuneração por sua participação no respectivo órgão, durante a vigência de seu mandato.

Deve-se ressaltar, a esse respeito, ainda, que os membros da Diretoria que participam dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração não recebem remuneração adicional à remuneração recebida pelos cargos que exercem na Companhia ou em suas controladas.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Apenas a remuneração variável está atrelada a indicadores de desempenho, como o resultado econômico/operacional apurado em cada exercício social e o desempenho individual dos administradores.

A determinação da remuneração variável dos diretores é resultado de análise em dois níveis: (i) resultado do grupo Porto Seguro e (ii) performance dos negócios / áreas sob responsabilidade de cada diretor. O desempenho é avaliado tanto de forma objetiva, quanto subjetiva, considerando o nível de desenvolvimento de cada negócio, fase (ex: investimento, maturidade, etc.), desafios mercadológicos, dentre outros. Os indicadores objetivos podem incluir desde variáveis financeiras quanto operacionais. Vale ressaltar que tais indicadores não se restringem a resultados imediatos / de curto prazo, mas também na consecução de iniciativas que são críticas para o sucesso futuro do grupo e a geração de valor ao acionista no longo prazo.

A remuneração variável representa a maior parcela do total de remuneração paga aos administradores do grupo Porto Seguro. A remuneração fixa e os benefícios pós-emprego representam a menor parcela da remuneração total paga aos administradores e não são impactados diretamente por indicadores de desempenho.

Cada diretoria possui indicadores específicos, dependendo da natureza de sua função (ex: negócios, área corporativa / de suporte) e das variáveis críticas associadas ao sucesso de cada atividade empresarial. Dentre os principais indicadores, encontram-se:

- Financeiros – ex: crescimento de negócio, lucro líquido, rentabilidade sobre ativos e patrimônio líquido
- Operacionais – ex: índice combinado, sinistralidade, produtividade / eficiência
- Projetos e iniciativas – ex: desenvolvimento de novos negócios, aprimoramento de funções corporativas

Vale ressaltar que tais indicadores não são exaustivos e podem evoluir e se adaptar conforme os desafios e prioridades empresariais identificados ao longo do tempo.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração variável reflete o desempenho do grupo Porto Seguro, que é mensurado através do lucro líquido aferido durante o exercício correspondente na Companhia e em suas controladas e do desempenho individual dos administradores, de modo que, quanto melhores os resultados, respeitados os demais parâmetros aplicáveis, maior será a remuneração e vice-versa.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Conforme já mencionado, a Companhia privilegia a remuneração variável, constituindo a maior parte do valor recebido pelos administradores. Na medida em que tal parcela da remuneração está associada ao desempenho econômico, operacional e ao desenvolvimento da Companhia, os acionistas são beneficiados pela melhor performance dos administradores.

A escolha de indicadores e a definição das metas são suportadas por Planejamento Estratégico que estabelece diretrizes para o desenvolvimento de negócios e das áreas corporativas para períodos futuros. Tal planejamento estabelece objetivos e indicadores de curto, médio e longo prazos.

As metas que norteiam a atuação dos administradores visam garantir o atingimento de resultados de forma sustentável e perene, privilegiando projetos que gerem valor no longo prazo, não se atendo somente a metas de curto prazo.

A remuneração total permite e visa ainda atrair, recompensar, reter e incentivar administradores que demonstrem excelência na superação e atingimento de melhores resultados, dentro do planejamento estratégico do grupo e, conseqüentemente, permite geração de valor econômico de curto, médio e longo prazo.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Parte dos administradores da Companhia recebe remuneração também de controladas da Companhia, mas exclusivamente em razão de cargos exercidos nessas sociedades, conforme detalhamento trazido no item 13.15, infra. Não há remuneração suportada por controladores diretos ou indiretos da Companhia.

Adicionalmente às informações prestadas no item 13.15, a Companhia esclarece que a remuneração paga a todos os administradores do grupo Porto Seguro está indicada de forma consolidada no item 13.16.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existem mecanismos de remuneração associados à ocorrência de eventos societários.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O Comitê de Remuneração tem por atribuições, dentre outras, validar os parâmetros e políticas de remuneração fixa e variável dos administradores, bem como avaliar os valores referentes à remuneração individual dos administradores, dentro dos limites aprovados pela Assembleia Geral e de acordo com as normativas internas, legislação e regulamentação aplicáveis.

O Comitê de Remuneração, dessa forma, fornece subsídios e informações ao Conselho de Administração para que as decisões sobre remuneração de administradores estejam alinhadas às políticas e normas internas que regulam o assunto, além da legislação e regulamentação aplicáveis.

O Conselho de Administração da Companhia, no âmbito de suas competências, delegou ao seu Comitê de Remuneração a administração do plano de remuneração em ações e outros planos equivalentes da Companhia, inclusive quanto à sua interpretação, preenchimento ou integração, em caso de dúvidas ou omissões, e ao estabelecimento de regras adicionais, conforme autorizado pelo Estatuto Social da Companhia.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e abrangência desses estudos

Conforme apresentado nos demais subitens deste item 13, a remuneração individual dos administradores é determinada através da combinação de diferentes critérios, tais como: (i) indicadores específicos de desempenho, dependendo da natureza da função e das variáveis

relacionados ao sucesso da área sob gestão do administrador, como crescimento de negócios, desenvolvimento de novos negócios, lucro líquido, rentabilidade sobre ativos e patrimônio líquido, produtividade/eficiência; (ii) senioridade; (iii) experiência profissional; (iv) dedicação; e (v) importância e valor estratégico da retenção do administrador para o grupo Porto Seguro, notadamente para manutenção da confiança na gestão da Companhia por parte de investidores, acionistas, funcionários e clientes. Os critérios e parâmetros internos utilizados pela administração da Companhia para definição da remuneração dos administradores são constantemente objeto de revisão por parte de consultorias especializadas em remuneração e benefícios.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

As práticas de remuneração da Companhia são discutidas e reavaliadas em reuniões do Conselho de Administração, em periodicidade não superior à anual e a política de remuneração, sempre que houver atualizações, mas, pelo menos, a cada 2 (dois) anos.

13.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- b. número de membros remunerados
- d. remuneração segregada em:
 - (i) remuneração fixa anual, segregada em:
 - salário ou pró-labore
 - benefícios diretos e indiretos
 - remuneração por participação em comitês
 - outros
 - (ii) remuneração variável, segregada em:
 - bônus
 - participação nos resultados
 - remuneração por participação em comitês
 - comissões
 - outros
 - (iii) benefícios pós-emprego
 - (iv) benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo
 - (v) remuneração baseada em ações, incluindo opções
- e. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária²⁹ e do conselho fiscal
- f. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	7,00	3,00	17,00
Nº total de membros	6,00	2,00	3,00	11,00
Nº de membros remunerados				
Remuneração fixa anual	2.509.072	0,00	225.817	2.734.889
Salário ou pró-labore	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios direto e indireto	1.161.637	0,00	0,00	1.161.637
Participações em comitês	724.142	0,00	45.163	779.305

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Outros	Encargos sociais (INSS)		Encargos sociais (INSS)	
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	10.200.000	5.460.000	0,00	15.660.000
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros				
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	2.340.000	0,00	2.340.000
Baseada em ações (incluindo opções)	1. O número total de membros de cada órgão corresponde à projeção da média anual do número de membros apurado mensalmente. 2. Não foram informados valores relativos aos benefícios pós-emprego uma vez que não há planos de previdência privada complementar suportados diretamente pela Companhia.	1. O número total de membros de cada órgão corresponde à projeção da média anual do número de membros apurado mensalmente. 2. Não foram informados valores relativos aos benefícios pós-emprego uma vez que não há planos de previdência privada complementar suportados diretamente pela Companhia. 3. O valor da remuneração baseada em ações indica apenas o valor da projeção da remuneração variável que será convertido em ações de acordo com a cotação da época, nos termos do plano de remuneração em ações aprovado em 2018.	1. O número total de membros de cada órgão corresponde à projeção da média anual do número de membros apurado mensalmente. 2. Não foram informados valores relativos aos benefícios pós-emprego uma vez que não há planos de previdência privada complementar suportados diretamente pela Companhia.	
Total da remuneração	14.604.851	7.800.000	270.980	22.675.831

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,75	6,17	3,00	15,92
Nº total de membros	6,00	2,00	3,00	11,00
Nº de membros remunerados				
Remuneração fixa anual	2.277.662	0,00	204.990	2.482.652
Salário ou pró-labore	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios direto e indireto	1.138.860	0,00	0,00	1.138.860
Participações em comitês	683.304	0,00	40.998	724.302
Outros	Encargos sociais (INSS)		Encargos sociais (INSS)	
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	9.200.000	5.110.000	0,00	14.310.000
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Outros				
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	2.190.000	0,00	2.190.000
Baseada em ações (incluindo opções)	<p>1. O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente.</p> <p>2. Não foram informados valores relativos aos benefícios pós-emprego uma vez que não há planos de previdência privada complementar suportados diretamente pela Companhia.</p> <p>3. O valor total da remuneração está alinhado com o valor deliberado na AGO da Companhia a se realizar em 31 de março de 2021.</p>	<p>1. O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente.</p> <p>2. Não foram informados valores relativos aos benefícios pós-emprego uma vez que não há planos de previdência privada complementar suportados diretamente pela Companhia.</p> <p>3. O valor da remuneração baseada em ações indica apenas o valor da projeção da remuneração variável que será convertido em ações de acordo com a cotação da época, nos termos do plano de remuneração em ações aprovado em 2018.</p> <p>4. O valor total da remuneração está alinhado com o valor deliberado na AGO da Companhia a se realizar em 31 de março de 2021.</p>	<p>1. O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente.</p> <p>2. Não foram informados valores relativos aos benefícios pós-emprego uma vez que não há planos de previdência privada complementar suportados diretamente pela Companhia.</p> <p>3. O valor total da remuneração está alinhado com o valor deliberado na AGO da Companhia a se realizar em 31 de março de 2021.</p>	
Total da remuneração	13.229.826	7.300.000	245.988	20.845.814

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,75	6,00	3,00	15,75
Nº de membros remunerados	5,75	2,00	3,00	10,75
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.996.392	0,00	192.420	2.188.812
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	680.000	0,00	0,00	680.000
Outros	535.278	0,00	38.484	573.762
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos sociais (INSS)		Encargos sociais (INSS)	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	8.800.000	5.273.972	0,00	14.073.972
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.521.153	0,00	1.521.153
Observação	1. O número total de membros de cada órgão	1. O número total de membros de cada órgão	1. O número total de membros de cada órgão	

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
	corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente. 2. Não foram informados valores relativos aos benefícios pós-emprego uma vez que não há planos de previdência privada complementar suportados diretamente pela Companhia.	corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente. 2. Não foram informados valores relativos aos benefícios pós-emprego uma vez que não há planos de previdência privada complementar suportados diretamente pela Companhia. 3. O valor da remuneração baseada em ações indica apenas o valor da projeção da remuneração variável que será convertido em ações de acordo com a cotação da época, nos termos do plano de remuneração em ações aprovado em 2018.	corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente. 2. Não foram informados valores relativos aos benefícios pós-emprego uma vez que não há planos de previdência privada complementar suportados diretamente pela Companhia.	
Total da remuneração	12.011.670	6.795.125	230.904,00	19.037.700,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,75	6,00	3,00	15,75
Nº de membros remunerados	5,75	2,00	3,00	10,75
Remuneração fixa anual	6,92	5,75	3,00	15,67
Salário ou pró-labore	5,92	3,00	3,00	11,92
Benefícios direto e indireto				
Participações em comitês	1.782.424	0,00	184.860	1.967.284
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável	356.485	0,00	36.972	393.457
Bônus	Encargos sociais (INSS)		Encargos sociais (INSS)	
Participação de resultados				
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	8.500.000	8.500.000	0,00	17.000.000
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo				
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	1. O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente. 2. Não foram informados valores relativos aos benefícios pós-emprego uma vez que não há planos de previdência privada complementar suportados diretamente pela Companhia.	1. O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente. 2. Não foram informados valores relativos aos benefícios pós-emprego uma vez que não há planos de previdência privada complementar suportados diretamente pela Companhia. 3. O valor da remuneração baseada em ações indica o valor da projeção da remuneração variável que será	1. O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente. 2. Não foram informados valores relativos aos benefícios pós-emprego uma vez que não há planos de previdência privada complementar suportados diretamente pela Companhia	

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
		convertido em ações, de acordo com a cotação da época, nos termos do plano de remuneração em ações aprovado em 2018.		
Total da remuneração	12.011.670	6.795.125	230.904,00	19.037.700,00

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2022)				
Porto Seguro S.A. (Emissor)				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	7,00	7,00	-	14,00
Número de membros remunerados	1,00	2,00	-	3,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	10.200.000	7.800.000	-	18.000.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	7.140.000	5.560.000	-	12.700.000

Remuneração variável reconhecida no exercício social findo em 31.12.2021				
Porto Seguro S.A. (Emissor)				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	6,75	6,17	-	12,92
Número de membros remunerados	1,00	2,00	-	3,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	9.200.000	7.300.000	-	16.500.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	6.440.000	5.110.000	-	11.550.000

Observações:

1. O valor mínimo previsto no plano de remuneração é equivalente a zero, considerando a possibilidade do não atingimento dos resultados esperados ou não geração de valor econômico. Vale destacar que não existe garantia de valor mínimo (em R\$) a ser pago aos administradores.

Remuneração variável reconhecida no exercício social findo em 31.12.2020				
Porto Seguro S.A. (Emissor)				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	6,75	6,00	-	12,75
Número de membros remunerados	1,00	2,00	-	3,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	8.800.000	7.000.000	-	15.800.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	6.160.000	4.900.000	-	11.060.000
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	8.800.000	6.805.125		15.605.125

Observações:

1. O valor mínimo previsto no plano de remuneração é equivalente a zero, considerando a possibilidade do não atingimento dos resultados esperados ou não geração de valor econômico. Vale destacar que não existe garantia de valor mínimo (em R\$) a ser pago aos administradores.

Remuneração variável reconhecida no exercício social findo em 31.12.2019				
Porto Seguro S.A. (Emissor)				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	6,92	5,75	-	12,67
Número de membros remunerados	2,00	3,00	-	5,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	-	0,00

Remuneração variável reconhecida no exercício social findo em 31.12.2019				
Porto Seguro S.A. (Emissor)				
Valor máximo previsto no plano de remuneração	8.500.000	11.000.000	-	19.500.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	5.950.000	7.700.000	-	13.650.000
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	8.500.000	10.000.000	-	18.500.000

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação ao bônus:
 - (i) valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - (ii) valor máximo previsto no plano de remuneração
 - (iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - (iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais
- e. em relação à participação no resultado:
 - (i) valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - (ii) valor máximo previsto no plano de remuneração
 - (iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - (iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2022)				
Porto Seguro S.A. (Emissor)				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	7,00	7,00	-	14,00
Número de membros remunerados	1,00	2,00	-	3,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	10.200.000	7.800.000	-	18.000.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	7.140.000	5.560.000	-	12.700.000

Remuneração variável reconhecida no exercício social findo em 31.12.2021				
Porto Seguro S.A. (Emissor)				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	6,75	6,17	-	12,92

Remuneração variável reconhecida no exercício social findo em 31.12.2021				
Porto Seguro S.A. (Emissor)				
Número de membros remunerados	1,00	2,00	-	3,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	9.200.000	7.300.000	-	16.500.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	6.440.000	5.110.000	-	11.550.000

Observações:

1. O valor mínimo previsto no plano de remuneração é equivalente a zero, considerando a possibilidade do não atingimento dos resultados esperados ou não geração de valor econômico. Vale destacar que não existe garantia de valor mínimo (em R\$) a ser pago aos administradores.

Remuneração variável reconhecida no exercício social findo em 31.12.2020				
Porto Seguro S.A. (Emissor)				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	6,75	6,00	-	12,75
Número de membros remunerados	1,00	2,00	-	3,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	8.800.000	7.000.000	-	15.800.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	6.160.000	4.900.000	-	11.060.000
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	8.800.000	6.805.125		15.605.125

Observações:

1. O valor mínimo previsto no plano de remuneração é equivalente a zero, considerando a possibilidade do não atingimento dos resultados esperados ou não geração de valor econômico. Vale destacar que não existe garantia de valor mínimo (em R\$) a ser pago aos administradores.

Remuneração variável reconhecida no exercício social findo em 31.12.2019				
Porto Seguro S.A. (Emissor)				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	6,92	5,75	-	12,67
Número de membros remunerados	2,00	3,00	-	5,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	8.500.000	11.000.000	-	19.500.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	5.950.000	7.700.000	-	13.650.000
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	8.500.000	10.000.000	-	18.500.000

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. termos e condições gerais

O Plano de Remuneração em Ações da Companhia (o "Plano") disciplina os termos e as condições gerais por meio dos quais os diretores da Companhia e/ou de sociedades nas quais a Companhia é titular de participação societária, direta ou indiretamente, podem fazer jus a receber ações ordinárias de emissão da Companhia, como parte do pagamento de sua remuneração variável anual.

São elegíveis para participar do Plano os diretores da Companhia e/ou das sociedades nas quais a Companhia detém participação societária, direta ou indiretamente.

O Conselho de Administração da Companhia, no âmbito de suas competências, delegou ao Comitê de Remuneração a administração do plano de remuneração em ações e outros planos equivalentes da Companhia, inclusive quanto à sua interpretação, preenchimento ou integração, em caso de dúvidas ou omissões, e ao estabelecimento de regras adicionais, conforme autorizado pelo Estatuto Social da Companhia.

O Plano não conferirá a qualquer diretor o direito de ser, ou permanecer, administrador, estatutário ou não estatutário, ou empregado da Companhia ou de sociedades por ela controladas, direta ou indiretamente. Dessa forma, a Companhia e as sociedades por ela controladas, direta ou indiretamente, poderão, na forma da lei, a qualquer momento, optar por desligar seus administradores, por qualquer razão ou motivo, a seu critério, ainda que tenham sido, ou sejam, beneficiários do Plano.

O Plano permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo ser suspenso, alterado, ou extinto, a qualquer momento, por deliberação da assembleia geral da Companhia, a partir de proposta do Conselho de Administração.

Com o objetivo de permitir a implantação do Plano de forma gradativa foi definido o seguinte cronograma: (i) exercício social base de 2018 (remuneração variável aprovada em 2019): 7,50% (sete e meio por cento) da remuneração variável dos Beneficiários com pagamento em ações; (ii) exercício social base de 2019 (remuneração variável aprovada em 2020): 15,00% (quinze por cento) da remuneração variável dos Beneficiários com pagamento em ações; (iii) exercício social base de 2020 (remuneração variável aprovada em 2021): 22,50% (vinte e dois e meio por cento) da remuneração variável dos Beneficiários com pagamento em ações; e (iv) exercício social base de 2021 (remuneração variável aprovada em 2022) e exercícios sociais subsequentes: 30,00% (trinta por cento) da remuneração variável dos beneficiários com pagamento em ações.

b. principais objetivos do plano

Os principais objetivos do Plano são (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos administradores, dos acionistas, da Companhia e de suas controladas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia e suas controladas; e (iii) a criação de valor para os acionistas.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

A administração da Companhia entende que o pagamento de parte da remuneração variável em ações faz com que os beneficiários do plano tenham ainda mais incentivos para gerar resultados satisfatórios e sustentáveis para a Companhia e suas controladas e para criar valor para os acionistas, uma vez que passam a compartilhar diretamente dos riscos e ganhos proporcionados pela valorização das ações. Adicionalmente, na medida em que, salvo casos excepcionais previstos no Plano, a transferência das ações somente ocorrerá após o período de vesting, o Plano contribui para a retenção de diretores capazes e alinhados com a visão estratégica de desenvolvimento de médio e longo prazo das atividades e negócios do grupo Porto Seguro.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano se insere na política de remuneração da Companhia como um dos elementos da remuneração variável dos administradores e, portanto, como importante componente de alinhamento entre os administradores e os resultados econômicos, operacionais e sociais buscados pelo grupo Porto Seguro. O plano não altera os parâmetros atuais de cálculo e pagamento de remuneração variável aos direitos, mas tão somente modifica a forma de pagamento, que, em parte, deixa de ser em dinheiro e de forma imediata, e passa a ser em ações de emissão da Companhia, as quais apenas serão transferidas aos diretores após o período de 3 (três) anos posteriores ao exercício base para a determinação da remuneração variável, salvo casos excepcionais previstos no Plano.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo na medida em que gera engajamento e incentivos para os beneficiários buscarem resultados satisfatórios e sustentáveis para a Companhia e suas controladas, assim como para criar valor para os investidores por meio de medidas que não se esvaíam logo após o cálculo da remuneração variável, mas ao contrário, permaneçam gerando valor para a Companhia nos exercícios sociais seguintes, o que preservará ou aumentará também o valor da parcela da remuneração variável dos diretores representado pelas ações que apenas serão transferidas após o período de 3 (três) anos

posteriores ao exercício base para o cálculo da remuneração variável, salvo casos excepcionais previstos no Plano.

f. número máximo de ações abrangidas

O limite de ações que poderão ser abrangidas pelo plano corresponderá sempre ao limite permitido na regulação aplicável. A cada exercício social, o número de ações a ser outorgadas a cada diretor contemplado pelo plano será calculado com base nos parâmetros de cálculo da respectiva remuneração variável. O número de ações efetivamente utilizadas em cada exercício, para os fins do plano, dependerá, portanto, da determinação em cada exercício social da remuneração variável dos diretores contemplados e do valor à época da cotação das ações de emissão da Companhia, sempre, no entanto, sujeito ao limite estabelecido na regulação aplicável.

g. número máximo de ações a serem outorgadas

Poderão ser atribuídas aos beneficiários ações até o limite máximo de ações abrangidas pelo Plano, conforme item “f”, acima

h. condições de aquisição de ações

Uma vez determinado o direito do diretor contemplado ao recebimento de sua remuneração variável e calculado o valor da referida remuneração, será então, nos termos do plano, calculado o número de ações a que o diretor terá direito a receber como pagamento de sua remuneração variável. Uma vez determinado o número de ações, o diretor não terá direito a receber imediatamente as referidas ações, mas sim apenas após transcorrido o período de vesting, nos termos do Plano, e desde que o beneficiário permaneça na administração estatutária da Companhia ou de suas controladas, conforme o caso, durante o mesmo período, de forma ininterrupta.

O Conselho de Administração, ou outro órgão interno da Companhia para o qual o Conselho de Administração delegue tal competência, poderá determinar outras condições adicionais a serem verificadas para que cada beneficiário adquira o direito de efetivamente receber ações nos termos do plano.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Anualmente, o Conselho de Administração, ou o Comitê de Remuneração, determinará o valor da remuneração variável de cada beneficiário do Plano a ser paga no ano em questão, considerando-se o desempenho e metas atingidas no exercício social imediatamente anterior. Sobre este valor, será determinada a parcela a ser paga em ações. A conversão da parcela da remuneração variável em dinheiro em ações será feita utilizando-se como base o preço de fechamento do último pregão do exercício social imediatamente anterior à data da atribuição das ações em questão.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

A esse respeito, vide item “h”, acima.

k. forma de liquidação

As ações da Companhia a que os beneficiários ou seus sucessores fizerem jus, nos termos do Plano e do contrato a ser celebrado com cada diretor, serão transferidas fisicamente mediante averbação nos registros escriturais da Companhia, após o término do período de *vesting* ou do desligamento do diretor, nos termos e condições estabelecidos no contrato de outorga, inclusive com relação às

hipóteses de perda do direito às ações, desde que os documentos e informações suficientes tenham sido apresentados tempestivamente à administração da Companhia.

I. restrições à transferência das ações

Durante o período de *vesting* e enquanto a propriedade das ações não for efetivamente transferida ao beneficiário, o beneficiário não será considerado em qualquer hipótese acionista e não terá quaisquer dos direitos de sócio, patrimoniais e políticos, com relação às ações, inclusive o direito de voto e/ou direito ao recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio.

Após a efetiva transferência das ações aos beneficiários, não haverá qualquer tipo de limitação ou restrição para transferência das ações a terceiros, observadas o quanto previsto na legislação e regulação aplicáveis, assim como o disposto na Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano vigorará por prazo por tempo indeterminado, podendo ser suspenso, alterado, ou extinto, a qualquer momento, por deliberação da assembleia geral da Companhia, a partir de proposta do Conselho de Administração.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Caso seja desligado da administração estatutária de que faça parte, seja a administração da Companhia e/ou das sociedades nas quais a Companhia detém participação societária, direta ou indiretamente, desde que tenha havido falta grave, conforme definição no contrato de outorga, durante o período de *vesting*, o diretor perderá, de forma automática, e independentemente de qualquer notificação ou comunicação, o direito ao recebimento das ações que lhe caberiam, nos termos do Plano e do contrato de outorga. Neste caso, o beneficiário não terá direito a qualquer indenização, ou qualquer valor, de qualquer natureza, em razão da referida perda de direitos.

Na hipótese de desligamento sem falta grave do diretor, este conservará o direito de adquirir as ações que lhe caberiam caso o período de *vesting* fosse completado, desde que cumpridas todas as demais condições previstas no Plano e no contrato de outorga.

Na hipótese de desligamento voluntário do diretor da administração estatutária da Companhia e de todas as sociedades nas quais a Companhia detém participação societária, direta ou indiretamente, de que faça parte, sem que tenha havido falta grave de sua parte, o diretor terá direito ao recebimento de 1/3 (um terço) do total de ações definitivas que lhe seriam atribuídas caso o período de *vesting* fosse concluído para cada 1 (um) ano completo cumprido do período de *vesting*, desde cumpridas todas as demais condições previstas no Plano e no contrato de outorga. Nas hipóteses de aposentadoria por invalidez permanente e falecimento, o beneficiário ou seus sucessores, conforme o caso, conservarão o direito de adquirir as ações que lhes caberiam, nos termos do Plano e do contrato de outorga, independentemente do período de *vesting*, desde que cumpridas todas as demais condições previstas no Plano e no contrato de outorga.

Na hipótese de desligamento do diretor pelo atingimento de idade máxima determinada nos termos das regras estatutárias e/ou diretrizes internas aplicáveis, a Companhia atribuirá ao diretor as ações a que tem direito, independentemente do período de *vesting*, desde que cumpridas todas as demais condições previstas no Plano e no contrato de outorga.

13.5 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- b. número de membros remunerados
- d. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
 - (i) data de outorga
 - (ii) quantidade de opções outorgadas
 - (iii) prazo para que as opções se tornem exercíveis
 - (iv) prazo máximo para exercício das opções
 - (v) prazo de restrição à transferência das ações
 - (vi) preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - em aberto no início do exercício social
 - perdidas durante o exercício social
 - exercidas durante o exercício social
 - exercidas durante o exercício social
- e. valor justo das opções na data de cada outorga
- f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Outorga de opções de compra de ações prevista para o exercício social corrente		
	Conselho de Administração	Diretoria
Nº total de membros	7,00	7,00
Nº de membros remunerados	0,00 (os membros do conselho de administração não participam do plano de remuneração em ações)	2,00
Preço médio ponderado de exercício:	Não há previsão de outorga de opções de compra de ações em 2022	Não há previsão de outorga de opções de compra de ações em 2022
(a) Das opções em aberto no início do exercício social		
(b) Das opções perdidas durante o exercício social		
(c) Das opções exercidas durante o exercício social		
(d) Das opções expiradas durante o exercício social		
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas		

Outorga de opções de compra de ações reconhecida no resultado do exercício social encerrado em 31.12.2021		
	Conselho de Administração	Diretoria
Nº total de membros	6,75	6,17
Nº de membros remunerados	0,00 (os membros do conselho de administração não participam do plano de remuneração em ações)	2,00
Preço médio ponderado de exercício:		

(a) Das opções em aberto no início do exercício social	Não há previsão de outorga de opções de compra de ações em 2021	Não há previsão de outorga de opções de compra de ações em 2021
(b) Das opções perdidas durante o exercício social		
(c) Das opções exercidas durante o exercício social		
(d) Das opções expiradas durante o exercício social		
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas		

Outorga de opções de compra de ações reconhecida no resultado do exercício social encerrado em 31.12.2020		
	Conselho de Administração	Diretoria
Nº total de membros	6,75	6 , 0 0
Nº de membros remunerados	0,00 (os membros do conselho de administração não participam do plano de remuneração em ações)	2,00
Preço médio ponderado de exercício:	Não há previsão de outorga de opções de compra de ações em 2020	Não há previsão de outorga de opções de compra de ações em 2020
(a) Das opções em aberto no início do exercício social		
(b) Das opções perdidas durante o exercício social		
(c) Das opções exercidas durante o exercício social		
(d) Das opções expiradas durante o exercício social		
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas		

Outorga de opções de compra de ações reconhecida no resultado do exercício social encerrado em 31.12.2019		
	Conselho de Administração	Diretoria
Nº total de membros	6,92	5,25
Nº de membros remunerados	0,00 (os membros do conselho de administração não participam do plano de remuneração em ações)	2,00
Preço médio ponderado de exercício:	Não há previsão de outorga de opções de compra de ações em 2019	Não há previsão de outorga de opções de compra de ações em 2019
(a) Das opções em aberto no início do exercício social		
(b) Das opções perdidas durante o exercício social		
(c) Das opções exercidas durante o exercício social		
(d) Das opções expiradas durante o exercício social		
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas		

13.6 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- b. número de membros remunerados
- d. em relação às opções ainda não exercíveis
 - (i) quantidade
 - (ii) data em que se tornarão exercíveis
 - (iii) prazo máximo para exercício das opções
 - (iv) prazo de restrição à transferência das ações
 - (v) preço médio ponderado de exercício
 - (vi) valor justo das opções no último dia do exercício social
- e. em relação às opções exercíveis
 - (i) quantidade
 - (ii) data em que se tornarão exercíveis
 - (iii) prazo máximo para exercício das opções
 - (iv) prazo de restrição à transferência das ações
 - (v) preço médio ponderado de exercício
 - (vi) valor justo das opções no último dia do exercício social

Não há opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social.

13.7 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação às opções exercidas informar
 - (i) número de ações
 - (ii) preço médio ponderado de exercício
 - (iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
- e. em relação às ações entregues informar:
 - (i) número de ações
 - (ii) preço médio ponderado de exercício
 - (iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas

Opções exercidas e ações entregues no exercício social encerrado em 31.12.2021		
	Conselho de Administração	Diretoria
Nº total de membros	6,75	6,17
Nº de membros remunerados	0,00 (os membros do conselho de administração não participam do planode remuneração em ações)	0,00
Opções exercidas	Não houve outorga de opções de compra de ações em 2021	Não houve outorga de opções de compra de ações em 2021
Preço médio ponderado de exercício		
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas		
Ações entregues	Não houve entrega de ações em 2021	Não houve entrega de ações em 2021

Número de ações entregues	
Preço médio ponderado de aquisição	
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	

Observações:

1. Durante o exercício social de 2021, houve a atribuição de 518.421 ações a diretores da Companhia e de suas controladas, conforme deliberado em reunião do Comitê de Remuneração realizada em 02.04.2021. As referidas ações ainda não foram efetivamente entregues aos beneficiários, por estarem sujeitas a período de vesting e demais condições aplicáveis, nos termos do plano de remuneração em ações e dos respectivos contratos de outorga. As ações foram atribuídas aos diretores, nos termos do plano de remuneração em ações, de acordo com o preço unitário de R\$ 49,00 (quarenta e nove reais), equivalente à cotação das ações em 30.12.2020. A diferença entre o valor de cada ação atribuída aos diretores e o valor de aquisição dessas ações pela Companhia, conforme orientação de cálculo indicada no Ofício Circular Anual/2022-CVM-SEP, apenas poderá ser determinada na data da efetiva entrega dessas ações aos diretores.

Opções exercidas e ações entregues no exercício social encerrado em 31.12.2020		
	Conselho de Administração	Diretoria
Nº total de membros	6,75	6
Nº de membros remunerados	0,00 (os membros do conselho de administração não participam do plano de remuneração em ações)	0,00
Opções exercidas		
Preço médio ponderado de exercício	Não houve outorga de opções de compra de ações em 2020	Não houve outorga de opções de compra de ações em 2020
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas		
Ações entregues		
Número de ações entregues	Não houve entrega de ações em 2020	Não houve entrega de ações em 2020
Preço médio ponderado de aquisição		
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas		

Observações:

1. Durante o exercício social de 2020, houve a atribuição de 190.232 ações a diretores da Companhia e de suas controladas, conforme deliberado em reunião do Comitê de Remuneração realizada em 02.04.2020. As referidas ações ainda não foram efetivamente entregues aos beneficiários, por estarem sujeitas a período de vesting e demais condições aplicáveis, nos termos do plano de remuneração em ações e dos respectivos contratos de outorga. As ações foram atribuídas aos diretores, nos termos do plano de remuneração em ações, de acordo com o preço unitário de R\$ 62,7398, equivalente à cotação das ações em 31.12.2019. A diferença entre o valor de cada ação atribuída aos diretores e o valor de aquisição dessas ações pela Companhia, conforme orientação de cálculo indicada no Ofício Circular Anual/2022-CVM-SEP, apenas poderá ser determinada na data da efetiva entrega dessas ações aos diretores.

Opções exercidas e ações entregues no exercício social encerrado em 31.12.2019		
	Conselho de Administração	Diretoria
Nº total de membros	6,92	5,75
Nº de membros remunerados	0,00 (os membros do conselho de administração não participam do plano de remuneração em ações)	0,00
Opções exercidas	Não houve outorga de opções de compra de ações em 2019	Não houve outorga de opções de compra de ações em 2020
Preço médio ponderado de exercício		
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas		
Ações entregues	Não houve entrega de ações em 2019	Não houve entrega de ações em 2019
Número de ações entregues		
Preço médio ponderado de aquisição		
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas		

Observações:

1. Durante o exercício social de 2019, houve a atribuição de 118.106 ações a diretores da Companhia e de suas controladas, conforme deliberado em reunião do Comitê de Remuneração realizada em 03.04.2019. As referidas ações ainda não foram efetivamente entregues aos beneficiários, por estarem sujeitas a período de *vesting* e demais condições aplicáveis, nos termos do plano de remuneração em ações e dos respectivos contratos de outorga. As ações foram atribuídas aos diretores, nos termos do plano de remuneração em ações, de acordo com o preço unitário de R\$ 52,1499, equivalente à cotação das ações em 31.12.2018. A diferença entre o valor de cada ação atribuída aos diretores e o valor de aquisição dessas ações pela Companhia, conforme orientação de cálculo indicada no Ofício Circular Anual/2022-CVM-SEP, apenas poderá ser determinada na data da efetiva entrega dessas ações aos diretores.

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

O valor da remuneração variável é determinado pelo Conselho de Administração, com o auxílio do Comitê de Remuneração, a cada ano. Sobre este valor, será determinada a parcela a ser paga em ações, nos termos do Plano em vigor, conforme indicado no item 13.4(a).

Quando da efetiva transferência ao beneficiário, o número de ações a serem transferidas será determinado a partir do valor da remuneração a ser paga em ações. O valor unitário das ações, considerado neste cálculo, é o preço de fechamento do último pregão do exercício social imediatamente anterior à data da atribuição das ações em questão.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não se aplica, uma vez que a quantidade de ações a serem atribuídas ao beneficiário é determinada a partir do valor da remuneração.

- c. **método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**

Não aplicável.

- d. **forma de determinação da volatilidade esperada**

Não aplicável.

- e. **se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Não aplicável.

- 13.9 **Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:**

	Ações Porto Seguro S.A.
Conselho de Administração	8.800 (0,001%)
Diretoria Estatutária	74.502 (0,010%)
Conselho Fiscal	0
	Ações Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. (Controladora Direta)
Conselho de Administração	0
Diretoria Estatutária	0
Conselho Fiscal	0
	Ações Pares Empreendimentos e Participações S.A. (Controladora Indireta)
Conselho de Administração	33.973.526 (49,06%)
Diretoria Estatutária	0
Conselho Fiscal	0
	Ações Rosag Empreendimentos e Participações S.A. (Controladora Indireta)
Conselho de Administração	0
Diretoria Estatutária	0
Conselho Fiscal	0

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. nome do plano
- e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- f. condições para se aposentar antecipadamente
- g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

A Companhia não é patrocinadora da Portoprev, portanto, as contribuições mencionadas na tabela abaixo são aquelas efetuadas por sua controlada Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais em nome dos administradores da Companhia inscritos no referido plano, na qualidade de Diretores Estatutários dessa controlada. Ressaltamos, ainda, que as regras estabelecidas no Regulamento do Plano de Benefícios PORTOPREV são únicas para administradores e funcionários do grupo Porto Seguro.

Administradores da Companhia			
	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Nº de membros	0	7	7
Nome do Plano	Plano de Benefícios PORTOPREV II	Plano de Benefícios PORTOPREV II	
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	0	2	2
Condições para se aposentar antecipadamente	(i) completar 55 anos e (ii) rescindir ou tiver rescindido o vínculo empregatício ou de direção com a patrocinadora	(i) completar 55 anos e (ii) rescindir ou tiver rescindido o vínculo empregatício ou de direção com a patrocinadora	
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	0,00	5.482.506,42	5.482.506,42
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	0,00	642.821,86	642.821,86
Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	(i) rescindir ou tiver rescindido o vínculo empregatício ou de direção com a patrocinadora, (ii) Direito a receber parcela do fundo patrocinado de acordo com o tempo de vínculo ao Plano e (iii) sem limite de idade Tempo de vinculação ao Plano / Percentual incidente sobre o saldo do Fundo Patrocinado < 3 anos / 0% ≥3 anos < 4 anos / 20%	(i) rescindir ou tiver rescindido o vínculo empregatício ou de direção com a patrocinadora, (ii) Direito a receber parcela do fundo patrocinado de acordo com o tempo de vínculo ao Plano e (iii) sem limite de idade Tempo de vinculação ao Plano / Percentual incidente sobre o saldo do Fundo Patrocinado < 3 anos / 0% ≥3 anos < 4 anos / 20%	

	≥4 anos < 5 anos / 30%	≥4 anos < 5 anos / 30%	
	≥5 anos < 6 anos / 40%	≥5 anos < 6 anos / 40%	
	≥6 anos < 7 anos / 50%	≥6 anos < 7 anos / 50%	
	≥7 anos < 8 anos / 60%	≥7 anos < 8 anos / 60%	
	≥8 anos < 9 anos / 70%	≥8 anos < 9 anos / 70%	

Adicionalmente, apresentamos nova tabela acrescentando as informações relativas aos diretores estatutários das sociedades controladas da Companhia que aderiram ao Plano de Benefícios Portoprev, conforme abaixo:

Administradores da Companhia e das Controladas				
	Conselho de Administração	Diretoria	Diretoria	Total
Nº de membros	0	4	26	30
Nome do Plano	Plano de Benefícios PORTOPREV II	Plano de Benefícios PORTOPREV	Plano de Benefícios PORTOPREV II	
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	0	0	4	4
Condições para se aposentar antecipadamente	(i) completar 55 anos e (ii) rescindir ou tiver rescindido o vínculo empregatício ou de direção com a patrocinadora	(i) completar 55 anos e (ii) rescindir ou tiver rescindido o vínculo empregatício ou de direção com a patrocinadora	(i) completar 55 anos e (ii) rescindir ou tiver rescindido o vínculo empregatício ou de direção com a patrocinadora	
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	0,00	1.389.901,49	10.776.664,58	12.166.566,07
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	0,00	132810,43	1.361.502,13	1.494.312,56
Possibilidade de resgate antecipado e condições	(i) rescindir ou tiver rescindido o vínculo empregatício ou de direção com a patrocinadora, (ii) Direito a receber parcela do fundo patrocinado de acordo com o tempo de vínculo ao Plano e (iii) sem limite de idade Tempo de vinculação ao Plano / Percentual incidente sobre o saldo do Fundo Patrocinado < 3 anos / 0% ≥3 anos < 4 anos / 20% ≥4 anos < 5 anos / 30% ≥5 anos < 6 anos / 40% ≥6 anos < 7 anos / 50% ≥7 anos < 8 anos / 60%	Não aplicável	(i) rescindir ou tiver rescindido o vínculo empregatício ou de direção com a patrocinadora, (ii) Direito a receber parcela do fundo patrocinado de acordo com o tempo de vínculo ao Plano e (iii) sem limite de idade Tempo de vinculação ao Plano / Percentual incidente sobre o saldo do Fundo Patrocinado < 3 anos / 0% ≥3 anos < 4 anos / 20% ≥4 anos < 5 anos / 30% ≥5 anos < 6 anos / 40% ≥6 anos < 7 anos / 50% ≥7 anos < 8 anos / 60%	

	<p>≥8 anos < 9 anos / 70%</p> <p>≥9 anos < 10 anos / 80%</p> <p>≥ 10 anos / 90%</p>		<p>≥8 anos < 9 anos / 70%</p> <p>≥9 anos < 10 anos / 80%</p> <p>≥ 10 anos / 90%</p>	
--	---	--	---	--

13.11 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. valor da maior remuneração individual
- e. valor da menor remuneração individual
- f. condições para se aposentar antecipadamente
- f. valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Nº de membros	6,17	6,00	5,75	6,75	6,75	6,92	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	3,00	6,00	5,75	5,92	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração (Reais)	4.200.000	3.800.000	4.000.000	10.060.460	9.454.334	5.319.670	81.996	76.968	73.944
Valor da menor remuneração (Reais)	2.800.000	3.200.000	3.000.000	556.764	486.334	361.336	81.996	76.968	73.944
Valor médio da remuneração (Reais)	3.650.000	3.402.563	3.333.333	2.216.638	2.088.986	1.797.113	81.996	76.968	73.944

Observação

Os cálculos do valor das menores remunerações anuais foram apurados com a exclusão de membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não aplicável, pois a Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Ano	Órgão	Nº de Membros	Valor reconhecido no resultado do Emissor
2021	Conselho de Administração	04	54,57%
	Diretoria Estatutária	01	20,04%
	Conselho Fiscal	0	0,00%
2020	Conselho de Administração	04	55,50%
	Diretoria Estatutária	01	19,05%
	Conselho Fiscal	0	0,00%
2019	Conselho de Administração	06	47,54%
	Diretoria Estatutária	01	19,17%
	Conselho Fiscal	0	0,00%

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não aplicável, pois não há valores dessa natureza reconhecidos no resultado da Companhia.

Todos os membros da Diretoria da Companhia recebem remuneração em função de cargos exercidos em suas controladas. A remuneração total atribuída a estes membros, indicada nas tabelas abaixo, observa as regras estabelecidas nos estatutos sociais de cada sociedade pagadora e ao disposto no artigo 152 da Lei nº 6.404/76. Não há remuneração suportada por controladores diretos ou indiretos da Companhia.

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Remuneração reconhecida no resultado do Exercício Social findo em 31.12.2021

	Conselho Fiscal		Conselho de Administração		Diretoria		Total	
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Fixa	Remuneração Variável
Controladas do Emissor	0,00	0,00	0,00	0,00	9.675.545,39	57.934.336,83	9.675.545,39	57.934.336,83

Remuneração reconhecida no resultado do Exercício Social findo em 31.12.2020

	Conselho Fiscal		Conselho de Administração		Diretoria		Total	
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Fixa	Remuneração Variável
Controladas do Emissor	0,00	0,00	0,00	0,00	8.539.058,20	56.709.377,49	8.539.058,20	56.709.377,49

Remuneração reconhecida no resultado do Exercício Social findo em 31.12.2019

	Conselho Fiscal		Conselho de Administração		Diretoria		Total	
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Fixa	Remuneração Variável
Controladas do Emissor	0,00	0,00	0,00	0,00	6.572.296,36	40.985.452,83	6.572.296,36	40.985.452,83

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Remuneração total reconhecida no Exercício Social findo em 31.12.2021				
Porto Seguro S.A. (Emissor) e Controladas				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
b. Número de membros ³	6,75	26,92	3,00	36,67
c. número de membros remunerados	6,00	26,92	3,00	35,92
d. remuneração segregada em:				
i. Remuneração fixa anual, segregada em:				
• salário ou pró-labore	2.277.662	21.772.718	204.990	24.255.369
• benefícios diretos ou indiretos	0,00	2.934.893	0,00	2.934.893
• remuneração por participação em comitês	1.138.860	0,00	0,00	1.138.860
• outros – encargos sociais (INSS)	683.304	4.834.831	40.998	5.559.134
ii. Remuneração variável, segregada em:				
• bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
• participação nos resultados	.200.000	88.000.000	0,00	97.200.000
• remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00

³ O número de membros da Diretoria foi apurado nos termos do Ofício Circular Anual/2022-CVM-SEP, considerando o número de membros das diretorias das controladas da Companhia.

• comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
• outros	0,00	0,00	0,00	0,00
iii. Benefícios pós-emprego	0,00	1.447.968	0,00	1.447.968
iv. Benefícios motivados pela cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
v. remuneração baseada em ações, incluindo opções	0,00	35.000.000	0,00	35.000.000
e. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	13.299.826	153.990.410	245.988	167.536.223
8f. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	167.536.223			

* *

ANEXO V

INFORMAÇÕES DO ANEXO 13, DA INSTRUÇÃO CVM N.º 481/09

INFORMAÇÕES SOBRE PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES

1. Fornecer cópia do plano proposto.

Cópia do plano de remuneração baseado em ações da Companhia submetido à deliberação da Assembleia, conforme proposto pela administração, consta do Anexo VI a esta Proposta.

2. Informar as principais características do plano proposto, identificando:

a. Potenciais beneficiários.

São elegíveis administradores e empregados da Companhia e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente.

b. Número máximo de opções a serem outorgadas.

Não aplicável. O plano compreende o pagamento de remuneração em ações e não envolve a outorga de opção de compra de ações.

c. Número máximo de ações abrangidas pelo plano.

No âmbito deste plano, poderão ser atribuídas ações até o limite máximo a que a Companhia está autorizada a manter em tesouraria para esse fim, nos termos da legislação e da regulação aplicáveis.

d. Condições de aquisição.

As condições de aquisição serão previstas nos programas a serem aprovados pelo conselho de administração da Companhia.

e. Critérios pormenorizados para fixação do preço de exercício.

Não aplicável. O plano compreende o pagamento de remuneração em ações e não envolve a outorga de opção de compra de ações.

f. Critérios para fixação do prazo de exercício.

Não aplicável. O plano compreende o pagamento de remuneração em ações e não envolve a outorga de opção de compra de ações.

g. Forma de liquidação de opções.

Não aplicável. O plano compreende o pagamento de remuneração em ações e não envolve a outorga de opção de compra de ações.

h. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano.

O plano permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo ser suspenso, alterado, ou extinto, a qualquer momento, por deliberação da assembleia geral da Companhia, sem prejuízo dos contratos de outorga celebrados com os beneficiários.

3. Justificar o plano proposto, explicando:

a. Os principais objetivos do plano.

Os principais objetivos do plano são promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento da Companhia.

b. A forma como o plano contribui para esses objetivos.

Ao possibilitar a atribuição de parte da remuneração seja paga em ações, os beneficiários passam a compartilhar os riscos e os ganhos decorrentes do sucesso da Companhia, o que promove ainda mais alinhamento de interesses entre os envolvidos no sentido de maximizar o valor da Companhia. Os programas poderão estabelecer, ainda, regras adicionais, como vesting e lock up, que contribuam para a consecução dos objetivos do plano.

c. Como o plano se insere na política de remuneração da companhia.

O plano possibilita que parte da remuneração aos beneficiários seja paga em ações, em valores a serem definidos pelo conselho de administração, de acordo com os programas que vierem a ser criados na Companhia e as normas legais e regulatórias aplicáveis.

d. Como o plano alinha os interesses dos beneficiários e da companhia a curto, médio e longo prazo.

O plano alinha os interesses dos beneficiários e da Companhia a curto, médio e longo prazo na medida em que gera engajamento e incentivos para os beneficiários buscarem resultados ainda melhores e sustentáveis para a Companhia e suas investidas, assim como para criar valor para os investidores, por meio de estratégias que tenham efeitos duradouros na criação de valor para a própria Companhia. Os programas poderão estabelecer regras adicionais de alinhamento de interesses, como metas e condições aplicáveis para a atribuição de ações.

4. Estimar as despesas da companhia decorrentes do plano, conforme as regras contábeis que tratam desse assunto.

Como o plano vigorará por tempo indeterminado e a outorga das ações aos beneficiários dependerá dos programas a serem aprovados pelo conselho de administração, inclusive com relação à quantidade de ações atribuídas aos beneficiários (observado o limite previsto no plano de remuneração de ações) e o momento de sua atribuição, não é possível estimar de antemão quais serão as despesas da Companhia para o cumprimento do plano.

* *

ANEXO VI

PLANO DE REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

1. PLANO

1.1. Plano. Este “*Plano de Remuneração em Ações*” (“Plano”) estabelece as regras aplicáveis à atribuição de Ações a administradores e empregados da Porto Seguro S.A., companhia aberta inscrita perante o CNPJ sob o n.º 02.149.205/0001-69 e registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.151.666, (“Companhia”) e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente, como parte de sua remuneração.

1.2. Aprovação. Este Plano foi aprovado na assembleia geral da Companhia realizada em [●] de [●] de [●], nos termos da legislação e regulação aplicáveis.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivos. Este Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos **administradores** e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento da Companhia.

3. BENEFICIÁRIOS

3.1. Determinação dos Beneficiários. Os efetivos beneficiários deste Plano e de cada Programa serão determinados, entre as pessoas referidas no item 1.1, pelo conselho de administração da Companhia (“Beneficiários”).

3.2. Ausência de direitos e garantias. Este Plano não confere a qualquer pessoa referida no item 1.1 o direito de ser, ou permanecer, administrador, estatutário ou não estatutário, ou empregado da Companhia e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente. Dessa forma, a Companhia e as sociedades por ela investidas, direta ou indiretamente, poderão, na forma da lei, a qualquer momento, optar por terminar suas relações com as referidas pessoas, a seu critério, ainda que tenham sido, ou sejam, Beneficiários.

4. AÇÕES VINCULADAS AO PLANO

4.1. Ações. As ações a serem atribuídas aos Beneficiários, no âmbito deste Plano e de seus Programas, são ações ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal emitidas pela Companhia (“Ações”).

4.2. Limite máximo de Ações. No âmbito deste Plano, poderão ser atribuídas Ações até o limite máximo a que a Companhia está autorizada a manter em tesouraria para esse fim, nos termos da legislação e da regulação aplicáveis.

4.3. Preço das Ações. Para todos os fins, inclusive contábeis, o preço das Ações atribuídas aos Beneficiários será considerado o preço de cotação das ações no fechamento do último pregão do mês imediatamente anterior à data em que as Ações forem atribuídas aos Beneficiários, por deliberação do conselho de administração, independentemente da data da transferência efetiva das Ações aos Beneficiários e/ou da assinatura do Contrato de Outorga.

4.4. Autorização para transferência de Ações em tesouraria. Fica desde logo autorizada, para todos os fins, a transferência de quaisquer Ações mantidas em tesouraria pela Companhia aos Beneficiários para fins do cumprimento deste Plano, dos Programas e dos Contratos de Outorga, independentemente de aprovações adicionais por parte da assembleia geral e/ou do conselho de administração da Companhia.

4.5. Riscos relacionados às Ações. Quaisquer riscos relacionados à titularidade das Ações, inclusive quanto à variação de seu preço de cotação, valor econômico e/ou valor patrimonial, deverão ser suportados exclusivamente pelos Beneficiários que passarem a ser titulares das Ações.

4.6. Transferência da propriedade das Ações. Enquanto a propriedade das Ações não for efetivamente transferida aos Beneficiários, observados os termos deste Plano, dos Programas e dos Contratos de Outorga, os Beneficiários não serão considerados, em qualquer hipótese, acionistas da Companhia e não terão quaisquer dos direitos de sócio, patrimoniais ou políticos, com relação às Ações que lhes foram atribuídas, inclusive o direito de voto e/ou direito ao recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio.

5. ADMINISTRAÇÃO DO PLANO

5.1. Administração deste Plano. Este Plano será administrado pelo conselho de administração da Companhia ou por outro órgão ou comitê interno da Companhia para o qual o conselho de administração delegue esta competência, total ou parcialmente, e sobre o qual mantenha sua supervisão, inclusive para fins de sua integração em caso de omissões e do estabelecimento de regras adicionais, observados os limites previstos neste Plano e na legislação e regulação aplicáveis. Desse modo, as atribuições previstas neste Plano para o conselho de administração poderão ser exercidas pelo referido órgão ou comitê interno, desde que dentro dos limites da delegação pelo conselho de administração e da legislação e da regulação aplicáveis. Além de ter a prerrogativa de delegar competências, o conselho de administração poderá também ser assessorado por outros órgãos internos da Companhia, como o comitê de remuneração, se em funcionamento. Sem prejuízo do disposto neste item, os termos previstos nos Contratos de Outorga somente poderão ser alterados de comum acordo com os respectivos Beneficiários.

6. PROGRAMAS

6.1. Programas. Os termos e condições previstos neste Plano serão especificados e complementados em programas aprovados pelo conselho de administração, no âmbito dos quais as Ações serão atribuídas aos Beneficiários ("Programas"). Os Programas serão criados, alterados e terminados por decisão do conselho de administração.

6.2. Conteúdo dos Programas. O conselho de administração definirá o conteúdo dos Programas, em que serão estabelecidas regras sobre: (i) os potenciais Beneficiários, que poderão compreender todas ou apenas parte das pessoas referidas no item 1.1, e as condições de elegibilidade dos potenciais Beneficiários; (ii) o limite de Ações vinculadas ao Programa; (iii) a forma de determinação do número de Ações atribuídas aos Beneficiários; (iv) eventuais metas, individuais ou globais, aplicáveis à outorga de Ações aos Beneficiários; (v) a forma de atribuição e transferência de Ações aos Beneficiários, inclusive mediante o estabelecimento de períodos de *vesting* e condições para a efetiva transferência das Ações; (vi) a periodicidade de atribuição de Ações aos Beneficiários elegíveis; (vii) eventuais possibilidades de pagamento em dinheiro, em substituição à transferência de Ações; (viii) eventuais restrições aplicáveis às Ações outorgadas, inclusive períodos de *lock up*; (ix) eventuais opções de recompra das Ações outorgadas à Companhia e as condições de seu exercício; (x) eventuais consequências de aposentadoria, falecimento ou desligamento dos Beneficiários; (xi) eventuais consequências de operações de reorganização societária envolvendo a Companhia; e (xii) quaisquer outras regras consideradas adequadas pelo conselho de administração, observado o disposto neste Plano e nas normas legais e regulatórias aplicáveis.

6.3. Multiplicidade de Programas. O conselho de administração poderá criar um ou mais Programas, para o mesmo grupo ou grupos distintos de Beneficiários, conforme entender adequado para a consecução dos objetivos deste Plano.

7. CONTRATOS DE OUTORGA

7.1. Contratos de Outorga. Os termos e condições previstos neste Plano e nos Programas serão especificados e complementados nos contratos celebrados com cada um dos Beneficiários, individualmente ("Contratos de Outorga").

7.2. Aceitação deste Plano e do Programa. A assinatura do Contrato de Outorga, pelos Beneficiários, implicará a expressa e integral aceitação quanto aos termos e condições deste Plano (e suas eventuais alterações) e do Programa no âmbito do qual as Ações forem atribuídas aos Beneficiários (e suas eventuais alterações).

8. VIGÊNCIA

8.1. Vigência. Este Plano permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo ser suspenso, alterado, ou extinto, a qualquer momento, por deliberação da assembleia geral da Companhia, sem prejuízo dos Contratos de Outorga já celebrados com os Beneficiários.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Divulgação. Este Plano e a atribuição das Ações aos Beneficiários serão objeto da divulgação necessária, nos termos da legislação e regulação aplicáveis. Os Beneficiários obrigam-se a observar todas as regras legais e regulatórias, bem como normas internas da Companhia, aplicáveis em razão da titularidade de Ações e atuação na Companhia, inclusive aquelas referentes à divulgação de informação ao mercado e às instâncias internas, tratamento de informações privilegiadas e negociação de Ações.

9.2. Eventos de reorganização societária. Este Plano não impede nem restringe, de qualquer forma, que a Companhia e/ou suas investidas se envolvam em eventos de reorganização societária, de qualquer natureza, inclusive transformação, cisão, fusão, incorporação e incorporação de ações.

9.3. Tributos. A Companhia e os Beneficiários arcarão com seus respectivos tributos, conforme lhes sejam atribuídos na condição de contribuinte, nos termos da lei aplicável, independentemente de a quem for atribuída a responsabilidade tributária.

9.4. Resolução de controvérsias. Eventuais controvérsias oriundas ou relacionadas a este Plano deverão ser dirimidas por arbitragem, nos termos previstos no estatuto social da Companhia.

9.5. Substituição do plano de remuneração anterior. Este Plano substitui o "*Plano de Remuneração em Ações*" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018, que deixa de produzir efeitos, exceto com relação aos direitos já outorgados, que permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano. O conselho de administração poderá definir regras especiais para essas situações, inclusive para antecipação da transferência de ações e/ou para sua adequação ao modelo deste Plano e dos novos Programas, se for o caso.

* *